



**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**

**Faculdade de Educação e Psicologia**

**O LUGAR DA EDUCAÇÃO SOCIAL NO ENSINO SUPERIOR:  
NUM QUADRO DE PROMOÇÃO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de  
Mestre em Ciências da Educação

- Especialização em Pedagogia Social -

Adriana Filipa Monteiro Gonçalves

Porto, outubro de 2024



**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**

**Faculdade de Educação e Psicologia**

**O LUGAR DA EDUCAÇÃO SOCIAL NO ENSINO SUPERIOR:  
NUM QUADRO DE PROMOÇÃO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de  
Mestre em Ciências da Educação  
- Especialização em Pedagogia Social -

Adriana Filipa Monteiro Gonçalves

Trabalho efetuado sob a orientação da Professora Doutora Ana Camões  
Com coorientação da Professora Doutora Cindy Vaz

Porto, outubro de 2024

*A inclusão de pessoas com deficiência é uma questão de direitos humanos e de justiça social. Todos têm direito a uma educação de qualidade, a uma vida plena e a uma participação ativa na sociedade.*

UNESCO, Declaração de Salamanca 1994

**Nota:** Esta dissertação foi redigida de acordo com o novo Acordo Ortográfico, exceto nas citações, que mantêm a versão original dos autores para preservar a integridade dos textos citados.

## **Agradecimentos**

Primeiramente, agradeço a toda a minha família por todo o apoio e ao meu Avô, que com certeza estará muito orgulhoso da sua menina, esteja ele onde estiver.

Agradeço à Professora Doutora Isabel Baptista, minha coordenadora de curso, pela ajuda ao longo dos dois anos de Mestrado, pelo auxílio em qualquer dificuldade sentida, pelo acolhimento e pela disponibilidade.

Agradeço especialmente à Professora Cindy Vaz, a minha coorientadora, um ser humano incrível, uma pessoa que vou levar comigo para a vida e que nunca esquecerei, o meu agradecimento por toda a disponibilidade ao longo deste processo, pela ajuda incondicional e pela motivação nos momentos mais difíceis. Grata por tudo o que fez por mim!

À Professora Doutora Ana Camões, a minha orientadora, pela simplicidade, pelo carinho e por todo o apoio que sempre me deu. Obrigada por tudo!

Por fim, dedico o meu agradecimento aos restantes docentes, que fizeram parte deste percurso intenso, pelos ensinamentos que foram compartilhados e que muito ajudaram para a realização desta investigação.

## Resumo

O presente trabalho corresponde a uma dissertação académica intitulada “O lugar da Educação Social no Ensino Superior – num quadro de promoção de Educação Inclusiva”, tendo sido elaborada no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação, especialização em Pedagogia Social, apresentada à Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa (FEP-UCP), para obtenção do grau de mestre. Quando falamos em inclusão, falamos inevitavelmente na igualdade de oportunidades para todos e ao longo de toda a vida, independentemente da condição física da pessoa. Para incluir, não basta integrar, pois é fundamental que não se limitem capacidades e se respeite a dignidade humana. É necessário que todas as pessoas sejam autoras do seu projeto de vida, numa construção autónoma, com rosto e voz. Com esta pesquisa quisemos perceber qual o lugar da Educação Social nas Instituições de Ensino Superior que implementam práticas inclusivas apoiadas por medidas de apoio ao processo de aprendizagem e à inclusão. Assim, do ponto de vista teórico, esta investigação encontra-se balizada pela Pedagogia Social, uma ciência da educação, que se desenvolve nos vários contextos onde a pessoa está inserida, numa lógica de hospitalidade, solidariedade e trabalho social e que procura dar ênfase à aprendizagem ao longo da vida, para todos sem exceção. Do ponto de vista empírico, optamos por uma metodologia de natureza qualitativa, paradigma interpretativo. Relativamente aos instrumentos de recolha de dados, utilizamos a consulta documental e a inquirição direta de atores, através de entrevistas semiestruturadas. Em termos gerais, foi possível concluir que a Educação Social desempenha um papel fundamental e imprescindível no Ensino Superior, particularmente no que diz respeito à promoção de uma educação inclusiva. As Instituições de Ensino Superior que integram práticas inclusivas que fomentam positivamente a aprendizagem e a inclusão, o que demonstram um compromisso com a igualdade de oportunidades e com a criação de ambientes socioeducativos inclusivos, justos e equitativos.

**Palavras-chave:** Educação Social; Pedagogia Social; Educação Inclusiva; Ensino Superior; Educador Social.

## **Abstract**

This work corresponds to an academic dissertation entitled ‘The place of Social Education in Higher Education - within a framework of promoting Inclusive Education’, which was prepared as part of the master’s degree in educational sciences, specializing in Social Pedagogy, presented to the Faculty of Education and Psychology of the Portuguese Catholic University (FEP-UCP), to obtain a master's degree. When we talk about inclusion, we are inevitably talking about equal opportunities for everyone throughout their lives, regardless of their physical condition. To include, it's not enough to integrate, because it's essential not to limit abilities and to respect human dignity. Everyone needs to be the author of their life project, in an autonomous construction, with a face and a voice. With this research we wanted to understand the place of Social Education in Higher Education Institutions that implement inclusive practices supported by measures to support the learning process and inclusion. Thus, from a theoretical point of view, this research is guided by Social Pedagogy, a science of education, which is developed in the various contexts where the person is inserted, in a logic of hospitality, solidarity and social work and which seeks to emphasize lifelong learning, for everyone without exception. From an empirical point of view, we opted for a qualitative methodology, with an interpretive paradigm. About data collection instruments, we used documentary consultation and direct enquiry of actors through semi-structured interviews. In general terms, it was possible to conclude that Social Education plays a fundamental and essential role in Higher Education, particularly in terms of promoting inclusive education. Higher education institutions that integrate inclusive practices that positively foster learning and inclusion demonstrate a commitment to equal opportunities and the creation of inclusive, fair and equitable socio-educational environments.

**Keywords:** Social Education; Social Pedagogy; Inclusive Education; Higher Education; Social Educator.

## Índice

<b>Agradecimentos</b> .....	<b>iv</b>
<b>Resumo</b> .....	<b>v</b>
<b>Abstract</b> .....	<b>vi</b>
<b>Siglário</b> .....	<b>ix</b>
<b>Índice de tabelas</b> .....	<b>x</b>
<b>Introdução Geral</b> .....	<b>11</b>
<b>Parte I</b> .....	<b>13</b>
<b>Enquadramento Conceptual</b> .....	<b>13</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>14</b>
<b>Capítulo I</b> .....	<b>15</b>
<b>A Educação do Século XXI</b> .....	<b>15</b>
1.1. Educação na e com a vida e desenvolvimento humano .....	15
1.2. Educação e Políticas de Solidariedade Social .....	18
1.3. Ciências da Educação, Pedagogia Social e Educação Social .....	19
<b>Capítulo II</b> .....	<b>22</b>
<b>Educação Inclusiva no Ensino Superior</b> .....	<b>22</b>
2.1. Pessoas com Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão.....	22
2.2. Igualdade de oportunidades e a Educação Inclusiva .....	24
2.3. Direitos Humanos e Inclusão Socioeducativa .....	27
<b>Capítulo III</b> .....	<b>30</b>
<b>O Lugar do Educador Social na Promoção da Inclusão no Ensino Superior</b> .....	<b>30</b>
3.1. Políticas de Inclusão para Pessoas com Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão em Portugal .....	30
3.2. O Ensino Superior como espaço de acolhimento da alteridade.....	32
3.3. O Educador Social e a Inclusão de Pessoas com Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão .....	35
<b>Conclusão</b> .....	<b>37</b>
<b>Parte II</b> .....	<b>39</b>
<b>Enquadramento Empírico</b> .....	<b>39</b>
<b>Capítulo I</b> .....	<b>40</b>
<b>Fundamentação da opção metodológica</b> .....	<b>40</b>
1.1. Questão e objetivos de investigação .....	40

1.2. Estratégia de desenvolvimento .....	41
1.3. Critérios de análise e discussão de dados .....	47
<b>Capítulo II.....</b>	<b>48</b>
<b>Contextualização da Pesquisa .....</b>	<b>48</b>
2.1. O ensino superior em Portugal e a educação inclusiva .....	48
2.2. Promoção da acessibilidade ao ensino superior e ao conhecimento .....	50
2.3. As Instituições de Ensino Superior .....	51
<b>Capítulo III .....</b>	<b>54</b>
<b>Análise e discussão de dados .....</b>	<b>54</b>
3.1. Práticas promotoras de inclusão .....	54
3.2. Práticas da Educação Social na promoção da educação inclusiva .....	57
3.3. Integração da Educação Social no ensino superior para a promoção da educação inclusiva.....	61
<b>Conclusão.....</b>	<b>66</b>
<b>Considerações finais.....</b>	<b>67</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>70</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>73</b>
<b>Documentação Consultada.....</b>	<b>77</b>
<b>Webgrafia.....</b>	<b>79</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>80</b>
<b>Anexo 1. Guião de Entrevista Semiestruturada .....</b>	<b>81</b>
<b>Anexo 2. Consentimento Livre e Informado.....</b>	<b>84</b>

## **Siglário**

**CDPD** - Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

**ECTS** – Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos

**FEP**- Faculdade de Educação e Psicologia

**IES** - Instituições de Ensino Superior

**NEE** - Necessidades Educativas Especiais

**ODS** - Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

**UCP** - Universidade Católica Portuguesa

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## Índice de tabelas

<b>Tabela 1</b> - Instituições de Ensino Superior com serviço de apoio às pessoas com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão.....	41
<b>Tabela 2</b> - Instituições de Ensino Superior com oferta do 1º Ciclo de Estudos em Educação Social.....	44
<b>Tabela 3</b> - Caracterização dos participantes das entrevistas .....	45
<b>Tabela 4</b> - Caracterização dos serviços de apoio às pessoas com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão .....	46
<b>Tabela 5</b> - Quadro Sinótico: práticas promotoras de inclusão .....	54
<b>Tabela 6</b> - Quadro Sinótico: Práticas da Educação Social .....	58
<b>Tabela 7</b> - Quadro Sinótico: Integração da Educação Social no Ensino Superior .....	62

## **Introdução Geral**

O presente documento refere-se à apresentação de uma dissertação académica intitulada de “O lugar da Educação Social no Ensino Superior - num quadro de promoção de Educação Inclusiva”, elaborada no âmbito de Mestrado em Ciências da Educação, com especialização em Pedagogia Social, da FEP-UCP.

Este estudo surgiu no seguimento de inquietações pessoais, académicas e profissionais. Inquietações pessoais, porque nos interessa o tema da inclusão das pessoas com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão no ensino superior, bem como a vontade de colaborar para alcançarmos a igualdade de oportunidades e equidade. Inquietações académicas porque no âmbito do estágio curricular, desenvolvido no terceiro ano da Licenciatura em Educação Social, referente ao ano letivo 2022/2023, concebemos e implementamos um projeto de intervenção socioeducativa cujo objetivo principal foi promover a inclusão social das pessoas com deficiência no ensino superior, mais concretamente numa entidade localizada no norte de Portugal. Por fim, profissionais, porque enquanto educadoras sociais gostaríamos de intervir junto deste público em concreto.

Este estudo tem como finalidade refletir sobre uma problemática específica, nomeadamente, a inclusão das pessoas com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão no ensino superior. Também tem como intuito fomentar a discussão em torno da inclusão dos estudantes com características e especificidades muito próprias nas Instituições de Ensino Superior (IES), a partir das políticas educacionais inclusivas. Neste sentido, parece-nos ser necessário promover intervenções que fomentem o acesso pleno deste público-alvo em específico às instituições referidas, bem como, procurem a criação e/ou consolidação de núcleos que auxiliem na acessibilidade, e procurem também implementar políticas com foco na inclusão das pessoas com deficiência na educação superior.

Deste modo, surgiram algumas interrogações, nomeadamente: quais são as medidas das práticas promotoras de inclusão no Ensino Superior? De que forma, as pessoas com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão são incluídas nas Instituições de Ensino Superior? Qual a importância da Educação Social para a promoção da educação inclusiva no Ensino Superior? Existem programas ou iniciativas de Educação Social nas IES que

têm estruturas de suporte à aprendizagem e à inclusão? Assim, foi neste âmbito de preocupações que a nossa questão de investigação surgiu: Qual o lugar da Educação Social nas Instituições de Ensino Superior que implementam práticas inclusivas apoiadas por medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão?

Do ponto de vista teórico, optamos por realizar um enquadramento conceptual balizado pela Pedagogia Social, enquanto Ciência da Educação, tendo por base uma revisão da literatura de autores nacionais e internacionais de reconhecida importância, tais como: Adalberto Dias de Carvalho (2008); Joaquim Azevedo (2009); Isabel Baptista (2005, 2008); José António Caride (2005); Paciano Feroso (1994); Ana Maria Vieira e Ricardo Vieira (2016).

No que diz respeito ao estudo empírico, optamos por uma abordagem de natureza qualitativa, paradigma interpretativo, para dar resposta aos seguintes objetivos: identificar as instituições do Ensino Superior com práticas promotoras de inclusão das pessoas com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão; identificar e analisar em que medida existem práticas da Educação Social na promoção da educação inclusiva e identificar e analisar as perceções dos atores que intervêm nesta área, sobre a integração da Educação Social no Ensino Superior para a promoção da educação inclusiva. Relativamente aos instrumentos de recolha de dados utilizamos a consulta documental e a inquirição direta de atores, através de entrevistas semiestruturadas. Para analisar os dados recolhidos, recorreremos à técnica de análise de conteúdo.

Este trabalho divide-se em duas partes fundamentais. A primeira parte diz respeito ao enquadramento concetual, composto por três capítulos. Nesses três capítulos é feita uma revisão da literatura acerca da educação no século XXI, a educação inclusiva no Ensino Superior e o lugar do educador social na promoção da inclusão no Ensino Superior. A segunda parte deste documento diz respeito ao enquadramento empírico considerando o quadro teórico realizado, no qual se explicita a escolha metodológica, tendo em conta a recolha, a análise e a apresentação dos dados. O documento termina com as considerações finais acerca do estudo e qual o seu contributo para a área da Pedagogia Social.

**Parte I**  
**Enquadramento Conceptual**

## Introdução

No primeiro capítulo, falamos sobre a educação no século XXI, marcada por mudanças profundas, provocadas pelo avanço tecnológico, a globalização e o ritmo acelerado das transformações socioeducativas, que exigem que as instituições educacionais se adaptem para dar respostas às novas necessidades de uma sociedade em constante evolução. Neste capítulo também abordamos a importância da educação na e com a vida e do desenvolvimento humano e da educação e das políticas de solidariedade social. Por fim, comentamos “os conceitos de educação e aprendizagem ao longo da vida, são equacionados numa perspectiva de solidariedade social, considerando que o exercício profissional da Educação Social faz a ligação entre educativo e o social.” (Camões, 2018, p.25).

Neste seguimento, no segundo capítulo falamos acerca da educação inclusiva no ensino superior, como uma abordagem que procura garantir a este público o acesso e a participação plena de todas as pessoas, independentemente das suas particularidades e especificidades individuais, necessidades específicas ou condições de aprendizagem. A educação inclusiva representa uma transformação significativa no campo educacional, baseada no princípio de que todos devem ter acesso à escola regular. Nesse contexto, não há espaço para categorizações como "diferentes" ou "normais". O foco está em promover uma educação abrangente, que seja livre de preconceitos e que acolha a diversidade, reconhecendo e valorizando as singularidades de cada indivíduo. Termos como "iguais", "diferentes", "normais" ou "deficientes" perdem sentido na educação inclusiva, pois o objetivo é garantir e fomentar um acesso deste público a um ambiente educacional que valorize as suas diferenças e celebre, positivamente, a sua diversidade humana.

Por último, no terceiro capítulo abordamos o lugar do Educador Social na Promoção da Inclusão no Ensino Superior, o qual desempenha um papel multifacetado, trabalhando junto de uma equipa multidisciplinar, com o objetivo fulcral de criar um ambiente respeitador entre alunos e restante comunidade educativa, por forma a proporcionar uma igualdade de oportunidades.

Concluimos estes três capítulos, sintetizando as ideias fundamentais que, como tal, funcionam como chaves de leitura na análise dos dados recolhidos no âmbito do estudo empírico.

## Capítulo I

### A Educação do Século XXI

#### 1.1. Educação na e com a vida e desenvolvimento humano

O relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) de 2010, elaborado pela Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI, refere que a educação se deve estabelecer segundo quatro pilares, nomeadamente: aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a conviver e a aprender a fazer. O pilar aprender a ser está ligado ao desenvolvimento pessoal, à construção da identidade e à plena realização do potencial individual; o pilar aprender a conhecer diz respeito à capacitação do pensamento crítico e, assim como, aprender autonomamente; o pilar aprender a conviver incentiva para o respeito pelas diferenças e cooperação entre todos, fundamental para a construção de sociedade harmoniosa e, por fim, o pilar aprender a fazer, refere-se à aplicação prática do conhecimento, por forma a preparar os alunos para enfrentar desafios e resolver problemas (UNESCO, 2010). Assim, quando a educação inclusiva se apoia nestes pilares, ela assegura que a aprendizagem ocorra para todos os alunos, oferecendo múltiplas oportunidades de crescimento e desenvolvimento dentro do ambiente escolar.

O autor Joaquim Azevedo (2009) afirma que

quando falamos de educação não nos limitamos à educação escolar, no seu sentido restrito, mas sim a todos os esforços que se empreendem num dado território para proporcionar aprendizagens (escolares e sociais) significativas e acessíveis a todos e a cada um dos cidadãos, em qualquer momento da sua vida, tendo em vista o exercício pleno de uma cidadania ativa e solidária (p.11).

Neste sentido, Isabel Baptista (2008a, p.14) refere que a expressão “aprendizagem social”, diz respeito uma valorização da “educação em todas as suas dimensões e durante toda a caminhada existencial”. No Relatório da Comissão Internacional para a UNESCO

sobre a Educação para o século XXI podemos ler que munir a humanidade da “capacidade de dominar o seu desenvolvimento é um dos principais papéis reservados à educação” e que cada ser humano deve colaborar na comunidade e sociedade onde vive, “baseando o desenvolvimento na participação responsável” (Delors, 1996, p.14).

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que possui como principal compromisso não deixar ninguém para trás, representa uma oportunidade ímpar para o alcance de sociedades capazes de incluir toda a população, sem diferenciação, nos mais variados campos (social, educativo e mercado de trabalho), de forma a tornarem-se mais igualitárias.

Para alcançar essa meta ambiciosa, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) quatro estabelece diversas metas, incluindo a universalização do ensino primário e secundário, a promoção de programas de educação técnica e profissional e a eliminação de disparidades de gênero e acesso para grupos vulneráveis. A educação de qualidade é vista como um motor fundamental para o desenvolvimento de sociedades mais sustentáveis, capacitando indivíduos, fortalecendo comunidades e contribuindo para a construção de sociedades mais inclusivas e equitativas. Assim, a “Agenda 2030 representa um compromisso global para erradicar a pobreza, promover o bem-estar e garantir que todas as pessoas tenham a oportunidade de viver com dignidade, em harmonia com o planeta” (Sachs, 2015, p. 12).

A educação, portanto, deixa de ser restrita a uma fase específica da vida e passa a ser vista como uma dimensão essencial da existência humana. Esta assume diversas formas, com o propósito de envolver cada pessoa e a coletividade numa relação ativa com o mundo ao redor. Numa sociedade que aspira ser educativa, a educação deve ser entendida como um tesouro a ser descoberto por todos e por cada pessoa, conforme as recomendações do relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, presidida por Jacques Delors. O objetivo de uma educação para todos alinha-se com o ideal de uma sociedade inclusiva, o que justifica a necessidade de fortalecer a complementaridade e a conexão entre os diversos tempos e formas de aprendizagem, tradicionalmente abordados isoladamente. Assim, a educação destina-se a todas as pessoas e ao longo de toda a vida, sendo um processo contínuo de aprendizagem que procura promover a transformação. Dessa forma, a educação é observada como sendo uma dimensão essencial para os seres humanos para a sua existência, capacitando o

indivíduo a compartilhar e a comunicar com os outros, o que, por sua vez, contribui para a construção de uma identidade (Camões, 2018).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada em 1948, surgiu como um referencial ético para orientar a comunidade internacional após os horrores da II Guerra Mundial. Esses direitos formam a base para promover a igualdade, a justiça, a dignidade humana e a paz. É fundamental o respeito de todos pelos direitos humanos, por forma a ser possível alcançar um desenvolvimento positivo e o bem-estar tanto das pessoas como das sociedades.

A educação como um direito humano básico, representa a crença de que cada pessoa, independentemente da sua origem, género, etnia, religião ou estatuto socioeconómico, merece ter acesso a oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. Este direito não se limita apenas à educação formal, mas abrange um conjunto mais amplo de experiências educacionais que capacitam os indivíduos, de forma a conseguirem alcançar o seu potencial máximo. Ao reconhecer a educação como um direito humano básico, as sociedades demonstram o seu compromisso com a construção de um futuro no qual a oportunidade de aprender é um direito inalienável de cada pessoa, promovendo dessa forma o desenvolvimento humano. Pois, como refere Isabel Baptista (2012, p.45), o “desenvolvimento humano deve ser entendido como um processo integral, que abrange todas as dimensões da vida humana, promovendo o crescimento pessoal e social em contextos de liberdade, igualdade e justiça.”.

Deste modo, garantir que todas as pessoas tenham direito à educação, promove a igualdade de oportunidades e reduz as desigualdades socioeconómicas, construindo sociedades mais justas e equitativas, pelo que as políticas de solidariedade também são um contributo importante para a promoção da justiça social e para o desenvolvimento social, cultural e económico.

## 1.2. Educação e Políticas de Solidariedade Social

Vivemos numa sociedade que se demonstra cada vez mais desvinculada dos seus laços sociais, onde a “pedagogia do laço social” desempenha “um papel decisivo na configuração de modelos de inteligibilidade e de ação congruentes com o ideal de humanidade preconizado pelas sociedades democráticas do século XXI”. (Baptista, 2011a, p.15).

Por consequência das qualidades e imperfeições do ser humano, é natural que surjam conflitos sociais de diversas ordens, sobre os quais a educação pode ter um papel decisivo na prevenção e na resolução desses riscos e choques. Para Antoni Pitri (2004, p.92) “a pretensão da educação não é apenas a de instruir, mas também a de socializar e ajudar a solucionar os conflitos derivados da convivência em sociedade”. A este respeito, Xesus Jares (2007) refere que a pedagogia da convivência pode ser dividida em três categorias essenciais: a primeira aborda questões fundamentais da condição humana, como o direito à vida, à dignidade de cada um, à procura pela felicidade e à fomentação da esperança; a segunda foca-se nas relações interpessoais, destacando valores como respeito, aceitação, não violência, diversidade, ternura, solidariedade, igualdade e a rejeição de qualquer tipo de discriminação; por fim, a terceira categoria trata de temas relacionados com a cidadania, como a justiça social, o desenvolvimento, o Estado de direitos e os direitos humanos. Portanto, a convivência abrange diversos aspetos: os morais, os éticos, os sociais, os políticos, os culturais e os educativos.

Considerando toda a dimensão da convivência em sociedade percebemos que as políticas de solidariedade social se tornam basilares para o equilíbrio quer do indivíduo, quer da comunidade na qual o mesmo se insere e, por isso, as políticas públicas e as iniciativas solidárias podem assegurar que, independentemente da origem social, económica ou étnica, todos tenham acesso a uma educação de qualidade.

Neste sentido, a ligação entre a educação e a solidariedade social é compreendida de forma mais abrangente, pois reconhece que a educação também exerce um impacto significativo no contexto de uma “pedagogia do laço social” (Baptista, 2011a, p.15), onde a solidariedade está indexada ao princípio da diversidade, e, desta forma, tal como refere Joaquim Azevedo (2009, p.22) “a educação e a solidariedade estão no início, no meio e no fim dos processos de desenvolvimento social e local. Porque acolhem e reconhecem

as pessoas e as instituições, porque estimulam à implicação, porque sustentam a participação”.

Neste contexto, as políticas públicas de inclusão social são fundamentais para criar sociedades mais justas e equitativas. Essas políticas têm como objetivo garantir que todos os cidadãos tenham acesso igualitário a oportunidades, a recursos e atinjam a participação plena na vida comunitária. Um aspecto central dessas políticas é a promoção da educação inclusiva, que procura assegurar que todos possam obter qualidade na educação. Isso acarreta transformações no acesso físico às escolas, mas também uma adaptação às práticas desenvolvidas no âmbito pedagógico, por forma a ser possível atender às necessidades dos estudantes.

A inclusão na educação diz respeito à aceitação da diversidade humana, incluindo pessoas com necessidades especiais. Ela visa oferecer oportunidades para que todos possam desenvolver competências tendo em conta os seus interesses pessoais e as suas especificidades individuais, e exercer a sua cidadania em pleno, através da qualidade na educação (Ferreira, 2007; Freire, 2008).

Em jeito de conclusão, as políticas públicas de inclusão social abrangem uma variedade de áreas, desde educação, emprego, saúde, habitação e combate à discriminação. A eficácia dessas políticas requer esforços coordenados e contínuos para construir sociedades verdadeiramente inclusivas, onde todos tenham a oportunidade de contribuir e prosperar.

### 1.3. Ciências da Educação, Pedagogia Social e Educação Social

As Ciências da Educação constituem um campo interdisciplinar que procura compreender, analisar e aprimorar os processos educativos em diversas dimensões. Este campo de estudo envolve a aplicação de conhecimentos de várias disciplinas para entender o fenómeno educacional nas suas múltiplas facetas.

Como Ciência da Educação, a Pedagogia Social articula a área da educação com a área da solidariedade social, enquadrando os processos de aprendizagem ao longo da vida

para todos sem exceção (Baptista, 2008). Para Cindy Vaz e Isabel Baptista (2021, p. 77888) a Pedagogia Social é “um saber educacional intrinsecamente inovador que produz impacto significativo nos processos de desenvolvimento humano, sobretudo junto das pessoas mais vulneráveis.”. Como refere Ana Camões (2018, p.39), “eleita como saber matricial de uma multiplicidade de atores socioeducativos, a Pedagogia Social encontra na Educação Social o seu campo de ensaio privilegiado, na permanente (re)construção de um conhecimento teórico-prático, desenvolvido em espaços de vulnerabilidade social.” É vista “como o universo antropológico, epistemológico e axiológico de referência de toda a sua prática profissional” (Monteiro, 2015, p.151), que capacita os profissionais de Educação Social como atores socioeducativos que assumem uma intervenção sociopedagógica numa lógica centrada na e com a pessoa.

Como saber de referência dos profissionais da Educação Social, a Pedagogia Social está na linha da frente das sociedades contemporâneas e através de cada ator socioeducativo nasce a originalidade da intervenção, uma vez que estes têm um papel relevante e de destaque no desenho das respostas. Para os autores Adalberto Dias de Carvalho e Isabel Baptista (2004, p. 59) “pela estreita ligação entre teoria e prática, o saber pedagógico tem em conta, simultaneamente, a exigência de interdisciplinaridade e de especialização, a transversalidade de saberes e a conexão crítica entre reflexão e acção.”.

Atualmente, a Educação Social no nosso país é uma área académica e profissional bem consolidada, onde os campos de intervenção resultaram de um longo processo histórico, surgindo como um saber fundamental da intervenção socioeducativa e “na pujança da sua autonomia prática e intradisciplinar, importa destacá-lo com clareza, é expressão de um novo humanismo.” (Carvalho e Baptista, 2004, p.53). Assim, a Educação Social em Portugal, segundo Isabel Baptista (2012, p.39)

surge-nos como uma das áreas mais importantes de intervenção sociopedagógica, ainda que não exclusiva, correspondendo àquela que melhor corporiza o património histórico da pedagogia social, tradicionalmente associado às práticas de beneficência e de ajuda a pessoas e grupos considerados como excluídos ou suscetíveis de exclusão.

Atendendo ao mundo complexo em que vivemos, as pessoas mais vulneráveis requerem uma atenção especializada e “é nestas situações de crise do quotidiano, que a Pedagogia Social pode ajudar a fazer a diferença, a tomar decisões, a dar voz às pessoas.” (Vaz e Baptista, 2021, p. 77887), que “devem ter a oportunidade de exercer o direito e a responsabilidade de participar nos assuntos da comunidade em que vivem, envolvendo-se ativamente na resolução dos seus próprios problemas” (Carvalho e Baptista, 2004, p. 53).

Assim, podemos concluir que a Pedagogia Social articulando a área da educação com a solidariedade social, procura a promoção de uma aprendizagem que se desenvolva ao longo da vida, para todas as pessoas sem exceção, através de metodologias de intervenção diferenciadas, sendo necessário construir respostas sociopedagógicas capazes de atender às necessidades individuais, contribuindo para um futuro mais sustentável e inclusivo.

## Capítulo II

### Educação Inclusiva no Ensino Superior

#### 2.1. Pessoas com Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão

A Lei de Bases do Sistema Educativo Português, Lei nº. 46/86, de 14 de outubro, aprovada em 1986, foi um marco essencial na estruturação e nos princípios do sistema educacional em Portugal, estabelecendo as bases e diretrizes gerais para a educação no país. Esta legislação estabeleceu a responsabilidade do sistema educativo em garantir a todos os estudantes, sem diferenciar aqueles com necessidades especiais, as condições adequadas para o seu desenvolvimento pessoal e educativo.

Em 1986 Portugal incorporou o conceito de Necessidades Educativas Específicas, instituindo a obrigação no sistema educativo. Para David Rodrigues "as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão destinam-se a promover a equidade no sistema educativo, garantindo que todos os alunos, independentemente das suas dificuldades ou limitações, possam atingir o máximo das suas capacidades, participando ativamente na vida escolar" (2019, p. 78).

A Declaração de Jomtien, aprovada em março de 1990, na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, que decorreu na Tailândia (em Jomtien) sublinhou que a educação deve ser acessível a todos, salientando a importância de garantir oportunidades de aprendizagem para crianças em situação de vulnerabilidade e promover a equidade no acesso à educação (UNESCO, 1990). A Declaração de Jomtien marcou um ponto de viragem nas discussões sobre a educação a nível global, estabelecendo metas ambiciosas para assegurar o acesso universal à educação básica.

A Declaração de Salamanca, organizada pela UNESCO em parceria com o governo espanhol e publicada em 1994, visou fomentar o debate sobre os assuntos relacionados com a educação inclusiva e representa um marco fundamental na promoção da mesma. Entre os principais princípios e ideias apresentados, destacam-se: o princípio da Educação Inclusiva, o Direito à Inclusão e a importância da Escola Regular. Segundo a Declaração (1994, p.1) cada indivíduo possui o seu direito fundamental, que não deve ser negado, à educação, assim como, deve-lhe ser dada a oportunidade de alcançar um nível favorável na aprendizagem. Cada pessoa detém especificidades, interesses pessoais e próprios,

capacidades e necessidades para alcançar uma educação positiva, os quais não devem ser ignorados. As crianças e jovens, que possuem necessidades educativas especiais, têm como direito o acesso às escolas consideradas regulares, que se devem adaptar às suas especificidades, através de uma pedagogia que se centre na criança e responda a estas necessidades. As escolas regulares, orientadas por uma perspectiva inclusiva, são a forma mais adequada de lutar contra atitudes que provoquem a discriminação, fomentando comunidades abertas ao diálogo e respeitadoras. Desta forma, promove-se uma sociedade mais inclusiva, na procura da educação para todos.

A Convenção da UNESCO contra a discriminação na educação (1960) e a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979) são, também eles, tratados internacionais que se debruçam sobre as questões dos direitos humanos, que lutam pelo combate às atitudes discriminatórias.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), adotada em 2006, é o primeiro tratado internacional de direitos humanos que se dedica especificamente às pessoas com deficiência. Este documento reconhece que

a deficiência é um conceito em evolução e que a mesma resulta da interação entre pessoas com incapacidades e barreiras comportamentais e ambientais que impedem a sua participação plena e efetiva na sociedade em condições de igualdade com as outras pessoas. (CDPD, 2006, p.1).

No âmbito educativo, a CDPD sublinha a importância da inclusão de pessoas com deficiência em todos os níveis de ensino, o que exige a garantia de igualdade de oportunidades, acessibilidade, adaptações razoáveis e o uso de formatos acessíveis. Além disso, a convenção enfatiza a necessidade de formar profissionais de educação para assegurar uma abordagem verdadeiramente inclusiva.

As medidas de apoio à inclusão socioeducativa e à aprendizagem procuram criar escolas que sejam capazes de se adaptar às necessidades e competências individuais, permitindo-lhes alcançar o seu pleno potencial. Estas medidas promovem a igualdade de oportunidades no que diz respeito ao acesso ao currículo, à frequência escolar e à progressão académica.

Dessa forma, as medidas são elaboradas com base nos recursos humanos, materiais e físicos e serviços de apoio disponíveis na escola, que devem ser mobilizados pelos técnicos da instituição. A sua aplicação deve ocorrer através de um trabalho multidisciplinar, entre os profissionais das mais variadas áreas, por forma a alcançar metodologias socioeducativas capazes de provocar uma mudança de paradigma positivo.

Conforme o nível de intervenção, existem três tipos de medidas: as medidas universais são aquelas que a escola oferece a todos os alunos para **fomentar** a participação e melhorar a aprendizagem; as medidas seletivas são implementadas com os recursos disponíveis na escola para atender a necessidades específicas e as medidas adicionais que também utilizam os recursos da escola, com foco especial no contexto da sala de aula.

O conceito de inclusão está diretamente ligado ao exercício da cidadania, pois foca-se no direito que todos os sujeitos têm em se envolver ativamente na sociedade e a serem respeitados nas suas diferenças. Por outro lado, o conceito de integração refere-se ao acesso universal ao mesmo ambiente, mas não garante, necessariamente, que haja relações dinâmicas e iguais entre todos (Freire, 2008). Por isso, é de extrema relevância que o conceito de inclusão, e que as diferentes formas que o mesmo possa adquirir, sejam indubitavelmente colocados em prática por forma a garantir a igualdade de oportunidades.

## 2.2. Igualdade de oportunidades e a Educação Inclusiva

A UNESCO, em 2005, publicou um documento intitulado “Orientações para a Inclusão – Garantindo o Acesso à Educação para Todos” e nesse documento podemos ler que

A Inclusão é um processo. Isto significa que a inclusão tem que ser vista como uma procura sem limites para encontrar as melhores formas de responder à diversidade. Significa aprender a viver com a diferença e aprender a aprender com ela. Desta forma, as diferenças passam a ser vistas duma maneira mais positiva como um estímulo para encorajar a aprendizagem, entre crianças e adultos (p.13).

Portanto, a inclusão implica reconhecer a diversidade como uma característica intrínseca de qualquer grupo e/ou comunidade. A diferença entre as pessoas, seja de ordem física, intelectual, emocional, cultural ou social, não deve ser vista como um obstáculo, mas sim como uma oportunidade de crescimento. A convivência com a diferença oferece a possibilidade de ampliar horizontes e desafiar ideias preconcebidas, incentivando a empatia e a abertura para novas perspetivas.

Para David Rodrigues (2020, p.211)

A adesão das sociedades contemporâneas ao conceito de inclusão é inquestionável. Este conceito está presente nas mais variadas áreas da nossa vida social: fala-se de uma sociedade inclusiva, de uma escola inclusiva, de uma saúde inclusiva, de uma segurança social inclusiva e até... de menus de restaurantes inclusivos e bagagem inclusiva.

A educação inclusiva, enquanto paradigma educativo, fez um percurso que está marcado por avanços que se fundamentam na alteração de comportamentos e atitudes, no exercício pleno dos seus direitos, na cultura e na criação de políticas que visem a não-discriminação. Desta forma, torna-se possível a criação de realidades sociais com bases na equidade, no respeito e nos valores humanos.

A mesma contribuiu para uma sociedade mais justa e equilibrada e para uma pós-modernidade orientada para um novo humanismo, baseado em solidariedades que renovem o sentido de uma colegialidade e de um sentimento de pertença que esbata as diferenças individuais, sobrevalorizando aquilo que todos juntos podemos conseguir, mas sobretudo, pensando e criando condições para potenciar uma maior participação, envolvimento e desenvolvimento humano. Portanto, "a educação inclusiva é um direito humano fundamental que promove a igualdade de oportunidades, permitindo que todos os alunos, independentemente de suas diferenças, tenham acesso a uma educação de qualidade" (Martins, 2018, p. 32).

Neste contexto, a criação de escolas inclusivas obriga a considerar três dimensões essenciais: a dimensão ética, que diz respeito aos princípios e valores fundamentais, a dimensão relacionada com a implementação de políticas educativas que orientem e apoiem as ações das escolas e da comunidade educativa e a dimensão das práticas educativas propriamente ditas. Nenhuma dessas dimensões deve ser ignorada, pelo que "a educação inclusiva é uma estratégia fundamental para garantir a igualdade de oportunidades, permitindo que todos os alunos, independentemente de suas diferenças, tenham acesso a um ensino de qualidade que promova o seu pleno desenvolvimento" (Vieira, 2015, p. 23).

O objetivo da inclusão é oferecer uma educação de alta qualidade que permita a todos os estudantes a igualdade de oportunidades, com os apoios necessários e personalizados oferecidos pelas instituições educacionais para garantir a equidade no direito à educação (Fernandes, 2009; Freire, 2008). Nesse processo, a inclusão reconhece, aceita e celebra as diferenças, utilizando-as para promover aprendizagens iguais, significativas e éticas, que respeitam a convivência social e combatam o preconceito, a discriminação e a exclusão (Sanches & Teodoro, 2006).

É crucial ter cuidado ao aplicar o termo "inclusão" devido às diferentes interpretações e controvérsias que o cercam. Alguns investigadores e educadores consideram que a inclusão se refere a integrar todas as pessoas com necessidades educativas especiais em salas regulares, enquanto outros acreditam que a inclusão nas salas regulares deve ser seletiva, atendendo às necessidades individuais. Perante diferentes visões, é importante que os direitos desses alunos sejam garantidos, é importante respeitar as suas características e as suas necessidades específicas, bem como oferecer os serviços educativos adequados, sempre que possível (Correia, 2003). Assim, a inclusão escolar deve abranger todos os alunos dentro do sistema educativo, desde que seja feita com qualidade e promova o combate à desigualdade e a atitudes discriminatórias.

Na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que foi adotada pela Assembleia Geral da ONU em 2006, podemos ler no artigo 24º, no ponto 1, que “os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Com vista ao exercício deste direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes asseguram um sistema de educação inclusiva a todos os níveis de uma aprendizagem ao longo da vida” (p.11). Quando falamos em inclusão, falamos inevitavelmente na igualdade de oportunidades para todos e ao longo de toda a vida, independentemente da condição física da pessoa. Para incluir, não basta integrar, pois é fundamental que não se limitem capacidades e se respeite a dignidade humana. É necessário que todos sejam autores do seu projeto de vida, num processo de co construção autónomo, com rosto e voz.

A educação inclusiva representa uma mudança significativa no sistema educativo, defendendo o direito de todos frequentarem escolas regulares, sem reconhecer categorias de diferenças entre os indivíduos. Esta abordagem procura valorizar e celebrar a

diversidade, evitando rotular as diferenças como "deficiências" e reconhecendo-as como parte essencial da natureza humana.

De acordo com Sanches e Teodoro (2006, p. 72), a educação inclusiva deve considerar a diversidade como uma instigação que estimula a criatividade e o profissionalismo dos educadores, promovendo mudanças nas mentalidades, políticas e práticas educacionais e contribuindo para a transformação social. Assim, o respeito pelas diferenças no ambiente escolar revela a importância de evitar políticas que sirvam apenas uma minoria, valorizando, em vez disso, a individualidade pessoal.

A Declaração de Salamanca (1994) recomenda que os governos adotem a educação inclusiva nas suas leis. Para que todas as crianças sejam bem-vindas, é necessário assegurar a igualdade de oportunidades. Cada indivíduo deve possuir o acesso aos recursos que lhe são fornecidos, por forma a desenvolver o seu potencial máximo. A inclusão é um direito fundamental e exige que a prática pedagógica seja flexível, adaptando métodos de ensino e avaliação às particularidades de cada aluno (Areias, 2018).

Segundo Gavioli Prieto (2006, p. 8), a educação inclusiva caracteriza-se por valorizar a diversidade como uma condição positiva e essencial para a aprendizagem de todos, respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem e propondo novas práticas pedagógicas, exigindo uma mudança significativa nas normas estabelecidas na sociedade e, por conseguinte, nos sistemas de ensino.

Incluir implica reconhecer as diferenças e adaptar as estratégias pedagógicas para atender a todos, assegurando igualdade de oportunidades. O foco é garantir uma educação justa e de qualidade, permitindo que cada aluno desenvolva seu potencial.

### 2.3. Direitos Humanos e Inclusão Socioeducativa

Como já referimos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, é um marco crucial neste contexto. O artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) afirma que todos os seres humanos nascem iguais em dignidade e direitos fundamentais, devendo agir com um espírito de irmandade. O artigo 26º da mesma declaração (1948), estabelece que todas as pessoas devem ter o direito à educação de forma gratuita, pelo

menos no ensino básico, que se constitui como obrigatório. Além disso, a educação deve ser promotora da plena realização da personalidade humana e deve reforçar e valorizar os direitos humanos.

No Fórum Mundial de Educação realizado em 2015, foi elaborada a Declaração de Incheon subordinado ao tema “Educação 2030: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos” onde podemos ler que:

Inclusão e equidade na e por meio da educação são o alicerce de uma agenda de educação transformadora e, assim, comprometemo-nos a enfrentar todas as formas de exclusão e marginalização, bem como disparidades e desigualdades no acesso, na participação e nos resultados de aprendizagem. Nenhuma meta de educação deverá ser considerada cumprida a menos que tenha sido atingida por todos. Portanto, comprometemo-nos a fazer mudanças necessárias nas políticas de educação e a concentrar nossos esforços nos mais desfavorecidos, especialmente aqueles com deficiências, a fim de assegurar que ninguém seja deixado para trás. (UNESCO, 2015, p.2).

Os direitos das pessoas com deficiência são formalmente reconhecidos em tratados internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que foi adotada pela Assembleia Geral da ONU em 2006, na qual podemos ler no artigo 24º, ponto 5, “os Estados Partes asseguram que as pessoas com deficiência podem aceder ao ensino superior geral, à formação vocacional, à educação de adultos e à aprendizagem ao longo da vida sem discriminação e em condições de igualdade com os demais.” (p.12).

Uma abordagem centrada nos direitos das pessoas com deficiência reconhece a discriminação que enfrentam e a força coletiva que representam. A visibilidade democrática dessas pessoas é apoiada pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, embora sejam ainda notáveis as barreiras que enfrentam ao nível da participação plena na sociedade onde se inserem. É necessário valorizar a autonomia de cada um e a independência individual, por forma a garantir que cada um possa ter participação nas políticas desenvolvidas e nos programas que afetam diretamente as suas vidas.

Neste sentido, destacamos o papel das IES na promoção da inclusão socioeducativa, devendo estas, implementar políticas que assegurem igualdade de oportunidades para todos os estudantes, independentemente das suas necessidades e especificidades. Isso implica criar um ambiente que fomente o pertencimento e respeite a diversidade, incorporando a educação em direitos humanos como um elemento transversal nos currículos. Ao fazê-lo, as instituições não só melhoram a formação académica e humanística dos alunos, mas também contribuem para o avanço da sociedade, promovendo uma participação mais equitativa e significativa de todos os indivíduos.

## **Capítulo III**

### **O Lugar do Educador Social na Promoção da Inclusão no Ensino Superior**

#### **3.1. Políticas de Inclusão para Pessoas com Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão em Portugal**

O Decreto-Lei n.º 319/91 de 23 de agosto surgiu para regular a integração dos alunos portadores de deficiência nas escolas regulares. O termo NEE passa a ser utilizado e traz consigo, também, a substituição da classificação em diferentes categorias. A sua implementação passa a atribuir à escola regular a responsabilidade pelo atendimento aos alunos portadores de deficiência ou dificuldades de aprendizagem, numa perspetiva de escola para todos. (Rosa & Trindade, 2020).

A 7 de janeiro de 2008, foi publicado o Decreto-Lei n.º 3/2008, que revogou o decreto-lei 319/91, de 23 de Agosto, cujo objetivo foi regulamentar a designada Educação Especial e um dos seus aspetos fundamentais é a definição, para efeitos de elegibilidade (art.1.º). O Decreto-Lei n.º 3/2008, surge numa perspetiva de educação inclusiva, procurando fornecer resposta à multiplicidade, criando apoios especializados. O mesmo decreto refere que

No quadro da equidade educativa, o sistema e as práticas educativas devem assegurar a gestão da diversidade da qual decorrem diferentes tipos de estratégias que permitam responder às necessidades educativas dos alunos. A escola inclusiva pressupõe individualização e personalização das estratégias educativas, enquanto método de prossecução do objetivo de promover competências universais que permitam a autonomia e o acesso à condução plena da cidadania por parte de todos (Decreto-lei n.º 3/2008, 2008).

Recentemente, o Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho, estabeleceu o novo Regime Jurídico da Educação Inclusiva e vem substituir o Decreto-Lei nº 3/2008 que regulamentou a Educação Especial durante um período compreendido de dez anos. O presente diploma procura estabelecer os princípios e as normas que visam garantir a inclusão das pessoas com necessidades educativas especiais, enquanto forma de responder à diversidade, às necessidades individuais e às potencialidades de todos, fomentando a participação na vida da comunidade educativa. (n.º 1, art.º 1.º).

O Decreto-Lei 54/2018 estabelece princípios e regras fundamentais para a Educação Inclusiva, promovendo a inclusão como sendo um processo que procura acolher as diversidades e as necessidades de todos. O decreto reforça o compromisso com a inclusão educativa, procurando aumentar a participação de todos os alunos nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade escolar. A nova política [centra-se no currículo e nas aprendizagens](#), substituindo a terminologia de educação especial e necessidades educativas especiais por educação inclusiva, englobando assim todos os alunos.

Também o Decreto-Lei n.º 55/2018, publicado em 6 de julho de 2018, funda o regime jurídico da educação inclusiva em Portugal. Este decreto tem como objetivo que todos os estudantes com necessidades educativas especiais, tenham acesso garantido a uma educação de qualidade, promovendo a inclusão no sistema educativo. O decreto define as responsabilidades das escolas e as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão que devem ser realizadas, assegurando assim a equidade e a adequação do ensino às necessidades de cada um.

A Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência (2021) é um compromisso abrangente e coordenado que pretende garantir a todos os cidadãos, independentemente de suas capacidades, o acesso equitativo a oportunidades e a participação plena na sociedade. O objetivo passa por criar um ambiente inclusivo que promova a consideração pelos direitos humanos e a diversidade, garantindo que as pessoas com deficiência possam usufruir de igualdade em todos os campos, nomeadamente, a educação, o emprego, a saúde, o transporte e a participação social.

De acordo com Rui Gonçalves (2018), a estratégia tem como foco a promoção da autonomia e a participação plena das pessoas portadoras de deficiência, assegurando o acesso a direitos e oportunidades em igualdade de condições com todos os cidadãos. A

inclusão dessas pessoas é fundamental para valorizar toda a sociedade, pois apenas uma sociedade que abraça e integra todos os indivíduos pode atingir o seu pleno potencial.

As políticas públicas voltadas para a educação inclusiva abrangem todos os aspetos relacionados à formulação e administração de normas que garantem o acesso à educação para todos, especialmente para grupos excluídos do sistema educacional. Isso inclui as ações das esferas legislativa, executiva e judiciária com leis, diretrizes e decisões que procuram efetivar esse direito.

Portugal tem implementado mudanças significativas nas políticas públicas relacionadas com a deficiência, com um foco renovado na garantia dos direitos das pessoas portadoras de deficiência. O país tem adotado uma abordagem de escola inclusiva de segunda geração, que visa assegurar que todas as crianças com necessidades educativas especiais permaneçam na sala de aula com os seus colegas, proporcionando o suporte necessário para um percurso escolar bem-sucedido. Além disso, há um esforço para melhorar a acessibilidade física e digital, através de parcerias locais que desenvolvem soluções eficazes.

É essencial definir o que é uma pessoa com Necessidades Educativas Especiais (NEE) para orientar as práticas e políticas de Educação Inclusiva. Considera-se que uma pessoa com deficiência é aquela que devido a limitações físicas, sensoriais, cognitivas, ou comportamentais, ou ainda por altas capacidades, requer recursos especializados para superar ou mitigar as suas dificuldades.

Segundo José Ribeiro (2019), as NEE referem-se a situações que requerem adaptações e apoios diferenciados no ambiente educacional, assegurando que todos os indivíduos consigam alcançar o seu potencial e participar no processo de aprendizagem.

### 3.2. O Ensino Superior como espaço de acolhimento da alteridade

O Ensino Superior desempenha um papel crucial no progresso das sociedades, liderando e impulsionando processos de transformação. O Relatório da UNESCO, “Reimaginar nossos futuros juntos – Um novo contrato social para a educação”, destaca que a pedagogia da solidariedade deve assentar numa educação cada vez mais inclusiva,

capaz de combater a desigualdade de oportunidades no acesso. A pedagogia deve integrar todos os estudantes na participação na comunidade educativa, capacitando-os a desenvolver competências que os tornem mais inclusivos e respeitadores da diversidade. Sem a inclusão a educação é enfraquecida enquanto bem comum, e impede a construção de uma sociedade onde a dignidade e os direitos humanos sejam estimados (UNESCO, 2021, p. 51).

As Instituições de Ensino Superior (IES) são centros de conhecimento, responsáveis pela produção científica e pela integração de diversas áreas do saber. Por outro, devem também ser ambientes de pluralidade, diversidade e respeito às diferenças (Moreira, Bolsanello, & Seger, 2011). Segundo a Carta das Cidades Educadoras (2020, p.7) “A educação em valores e direitos humanos é mais urgente do que nunca, para dar sentido, incentivar, traçar um rumo democrático.”

Quando uma IES adota uma missão inclusiva, assume um compromisso político e educacional que se reflete num currículo inclusivo. Uma instituição que valoriza a educação inclusiva reconhece e valoriza a diversidade. Para além de abraçar a pluralidade de origens das pessoas que acolhe, a IES também beneficia das diferentes experiências, conhecimentos e valores culturais que essas pessoas trazem. Esses elementos enriquecem o processo educativo e ampliam as aprendizagens para todos. Portanto é fundamental “redefinirmos o futuro, para renovarmos e adaptarmos as instituições, para criarmos histórias sobre quem somos e o que valorizamos. Não seria apenas uma forma de estar agradável, mas imprescindível num mundo em contínuo e imprevisível movimento.” (PNUD/RDH, 2022, p.3).

Segundo Mariana Silva (2020), o Ensino Superior deve ser um espaço inclusivo que valoriza a diversidade e promove a alteridade, permitindo que diferentes vozes e experiências sejam ouvidas. Para incluir pessoas com deficiência, é fundamental adaptar a infraestrutura dos edifícios para garantir acessibilidade física. Além das adaptações necessárias, é importante ouvir as opiniões dos estudantes para identificar e superar barreiras à inclusão, reconhecendo que eles têm os mesmos direitos que os demais e devem ser considerados parte integrante da comunidade académica.

Na pedagogia da alteridade, a relação com o outro vai além da simples aquisição de conhecimento, envolvendo uma responsabilidade ética que ultrapassa a liberdade individual. Conceber a educação como um movimento em direção ao outro requer uma

mudança na tradição pedagógica baseada na razão. Segundo Paulo Freire (1999), esta abordagem é essencial para a construção de um ambiente educacional que valoriza o diálogo e o respeito pela diversidade, promovendo a inclusão e reconhecendo a singularidade de cada aluno.

No contexto acadêmico, promover a alteridade implica implementar práticas e que enriqueçam o ambiente educacional, destacando a diversidade do corpo discente e refletindo a variedade da sociedade. As instituições de ensino superior devem garantir a inclusão de estudantes de diferentes origens, preparando-os para interações numa sociedade globalizada. Além disso, é crucial integrar a diversidade nos currículos acadêmicos, incluindo autores e teorias que representem várias experiências e pontos de vista, o que fomenta uma compreensão crítica do mundo e valoriza a alteridade.

Ao adotar uma abordagem inclusiva e respeitosa da alteridade o Ensino Superior cumpre a sua missão educacional, formando cidadãos que valorizam e respeitam a diversidade e tornam-se espaços exemplares de acolhimento, contribuindo assim para uma sociedade inclusiva e tolerante.

Para Dias Sobrinho (2013), a educação é um bem público e um direito social fundamental, com o objetivo de formar cidadãos e fortalecer a cidadania e a democracia na sociedade. Como bem público, a educação é vista como uma obrigação moral crucial para preparar cidadãos conscientes e profissionais competentes, sendo uma grande responsabilidade das Instituições de Ensino Superior. O autor afirma que “os objetivos da educação com uma dimensão pública estão relacionados com a formação de indivíduos sociais, cuja construção pessoal completa se insere no contexto mais amplo da construção da sociedade e, de forma universal, da dignidade da humanidade” (p. 110).

Sob essa perspectiva, as IES devem comprometer-se com o bem social e o interesse público, priorizando a solidariedade em vez da competitividade. Esta deve estabelecer-se como uma instituição social inclusiva, focando-se no cumprimento das suas obrigações e responsabilidades em relação à sociedade, e não apenas nos interesses do mercado.

### 3.3. O Educador Social e a Inclusão de Pessoas com Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão

A intervenção do educador social junto de pessoas com necessidades educativas especiais é desafiante, visto estar a intervir com pessoas frágeis e vulneráveis, que requerem uma atenção prioritária. Como profissional atento, o educador social tem de ter em conta todas as dificuldades que estas pessoas apresentam, bem como conhecer as suas especificidades e necessidades. Assim sendo, a intervenção deve ser interdisciplinar, ou seja, articulada entre diversos profissionais que possam responder à complexidade dimensional da problemática.

Dotados de uma grande sensibilidade humana e com competências sociopedagógicas ancorados nos valores da Pedagogia Social, os educadores sociais enquanto profissionais do desenvolvimento humano estabelecem uma relação de proximidade, valorizando as relações humanas e colocando o seu saber sociopedagógico ao serviço das necessidades sentidas nos mais diferenciados contextos em que intervêm.

Para Isabel Baptista (2012), os educadores sociais são

detentores de um conhecimento sociopedagógico especializado e chamados a intervir prioritariamente junto de pessoas e grupos humanos em situação de privação, sofrimento e vulnerabilidade, os educadores sociais atuam como agentes privilegiados de condição humana, desempenhando um papel crucial na promoção de uma contemporaneidade mais justa e solidária (p.37).

A intervenção do educador social é baseada nos princípios de justiça e dos direitos humanos, “o educador social trabalha para promover o crescimento e o desenvolvimento dos sujeitos, independente do espaço no qual o indivíduo está inserido” (Conferri & Nogaro, 2010, p. 13). Neste sentido, consideramos o educador social como o profissional que promove o desenvolvimento humano independentemente da condição de vida da pessoa. Ele está atento às vontades e desejos de todas as pessoas, para assim construir para e com elas um projeto de vida.

Como agente de intervenção socioeducativa, frequentemente enfrenta os aspetos mais desafiadores da vida e da sociedade, nomeadamente o de lidar com o sofrimento

humano, pelo que é crucial criar soluções eficazes ou desenvolver estratégias socioeducativas que ajudem a superar a indiferença, o fatalismo e a passividade. Como refere Cindy Vaz (2010, p. 75), o educador social evidencia-se “por aptidões profissionais específicas que lhe permitem intervir junto de pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade. Neste caso uma vulnerabilidade equacionada em relação com o acesso a oportunidades de aprendizagem. Como tal, possui um perfil socioprofissional marcadamente ético”.

No exercício de sua profissão, é essencial que o educador social valorize a proximidade com as pessoas e considere a singularidade de cada situação, utilizando a sua experiência para atender às necessidades específicas em diversos contextos onde atua, uma vez que “educador e educando partilham da mesma experiência humana, estão em relação e em permanente trabalho de superação” (Valente, 2021, p. 24).

Portanto, todas as pessoas são “seres humanos únicos que devem merecer o maior acolhimento e a melhor hospitalidade, no respeito pela sua singularidade” (Azevedo, 2009, p. 125). Logo, os educadores sociais devem “(...) revitalizar a dimensão humana e os laços de solidariedade social, na construção de respostas socioeducativas inovadoras, capazes de responder, em especial, às necessidades dos mais vulneráveis” (Vaz e Baptista, 2021, p.77895) e, neste caso em concreto, das pessoas com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão.

## Conclusão

A educação, na sua essência é indissociável da vida humana. Desde os primeiros momentos de existência, o ser humano é moldado por um processo contínuo de aprendizagem que se estende ao longo de toda a sua vida. Nesse contexto, a educação na e com a vida abrange uma compreensão ampla de desenvolvimento humano, não limitada ao ambiente escolar formal, mas permeando todas as esferas da experiência cotidiana.

O vínculo entre educação e políticas de solidariedade social é fundamental para a construção de sociedades justas e inclusivas, onde o direito à educação é uma prioridade e um catalisador de desenvolvimento humano e comunitário. A educação, na sua forma mais ampla, não se restringe apenas à transmissão de conhecimentos técnicos ou acadêmicos, ela tem o potencial de ser um instrumento de transformação social, promovendo a cidadania, a equidade e a solidariedade entre os todos.

As Ciências da Educação integram um campo de estudo vasto e interdisciplinar que investiga os processos educativos sob múltiplas perspectivas. Neste contexto, a Pedagogia Social interliga a área da educação com a solidariedade social, promovendo processos de aprendizagem ao longo da vida, através de dinâmicas socioeducacionais voltadas para a inclusão e transformação social, valorizando a educação em contextos não formais e comunitários.

A educação inclusiva no ensino superior é uma pauta central para a promoção da equidade e da diversidade nas Instituições de Ensino Superior, de modo a assegurar o direito à educação para todos, independentemente da sua condição física, cognitiva, emocional ou social. Num mundo no qual a inclusão e a acessibilidade são cada vez mais valorizadas, as Instituições de Ensino Superior têm o dever de se adaptar às necessidades de todos os estudantes, removendo barreiras e oferecendo suporte para que todos possam desenvolver o seu potencial acadêmico e humano.

A presença do educador social no contexto do Ensino Superior é fundamental para promover a inclusão e o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e equitativa, pois estamos a falar de um profissional que vai além da mera transmissão de conhecimentos, criando ambientes inclusivos que acolhem a diversidade de experiências e especificidades das pessoas mais frágeis e vulneráveis. O educador social no ensino superior contribui para um ambiente acadêmico acessível e diverso, onde todos os estudantes podem

aprender e se desenvolver plenamente, fortalecendo assim a qualidade da aprendizagem e preparando-os para uma participação ativa numa sociedade plural que valoriza a diversidade. Além disso, ao ocupar esse espaço, o educador social não só apoia processos de aprendizagem ao longo da vida, mas também é um agente-chave na transformação socioeducativa e na mudança social, sendo essencial para a construção de uma educação superior verdadeiramente inclusiva e voltada para o desenvolvimento integral de todos.

## **Parte II**

# **Enquadramento Empírico**

## Capítulo I

### Fundamentação da opção metodológica

#### 1.1. Questão e objetivos de investigação

Como fomos referindo ao longo do trabalho, com esta investigação pretendeu-se indagar sobre o lugar da Educação Social no Ensino Superior na promoção de práticas inclusivas para pessoas com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, pelo que a nossa questão de estudo é: Qual o lugar da Educação Social nas Instituições de Ensino Superior que implementam práticas inclusivas apoiadas por medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão.

Para fins de estudo empírico, definimos três objetivos fundamentais:

1. Identificar as instituições do Ensino Superior com práticas promotoras de inclusão das pessoas com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão.
2. Identificar e analisar em que medida existem práticas da Educação Social na promoção da educação inclusiva.
3. Identificar e analisar as perceções dos atores que intervêm nesta área sobre a integração da Educação Social no Ensino Superior para promover a educação inclusiva.

Estes três objetivos, no que concerne a análise dos dados, foram utilizados como categorias principais pois

A análise de dados é a arte de transformar dados brutos em informação útil e acionável, onde a escolha da metodologia adequada é essencial para revelar padrões, tendências e relações que, de outra forma, permaneceriam ocultos.

(Tufféry, 2011, p.3).

As categorias foram desdobradas em subcategorias tendo em conta as interpretações que surgiram de tudo o processo de pesquisa.

## 1.2. Estratégia de desenvolvimento

Como já foi referido, para o desenvolvimento deste estudo, optamos por uma metodologia de natureza qualitativa, paradigma interpretativo, com recurso a duas técnicas de recolha fundamentais, a consulta documental e a inquirição direta de atores, através de entrevistas semiestruturadas. Para João Amado (2017, p.75) “a investigação de realidades sociais centra-se no modo como elas são interpretadas, entendidas, experienciadas e produzidas pelos próprios atores /sujeitos.”

Para efeitos da recolha de dados, numa fase inicial, mapeamos todas as Instituições de Ensino Superior, sedeadas no norte de Portugal, com serviço de apoio às pessoas com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão. No total, identificamos 42 Instituições de Ensino Superior, que foram consideradas no nosso estudo (tabela 1). Para além de identificar as IES com serviço de apoio às pessoas com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, também quisemos perceber se tinham Regulamentação para alunos com Necessidades Educativas Especiais e Regulamento/estatuto específico para alunos com NEE. Das 42 IES identificamos constatamos que 35 têm Regulamentação para alunos com Necessidades Educativas Especiais e 33 têm Regulamento/estatuto específico para alunos com NEE (tabela 1).

**Tabela 1** - Instituições de Ensino Superior com serviço de apoio às pessoas com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão

<b>Instituições de Ensino Superior (que tem gabinetes)</b>	<b>Nome do serviço específico de apoio</b>	<b>Regulamentação para alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE)</b>	<b>Regulamento/estatuto específico para alunos com NEE</b>
Faculdade de Ciências da Nutrição e da Alimentação- Porto	Serviço de Apoio ao Estudante com Necessidades Especiais	Sim	Sim
Faculdade de Arquitetura- Porto	Rede de Acolhimento e Acompanhamento a Estudantes NEE	Sim	Sim
Faculdade de Ciências-Porto	Núcleo de Apoio ao Estudante	Sim	Sim
Faculdade de Economia- Porto	Serviço de Desenvolvimento e Carreira	Sim	Sim
Faculdade de Farmácia-Porto	Gabinete de Orientação e Integração	Sim	Sim
Faculdade de Letras-Porto	Núcleo de Apoio à inclusão	Sim	Sim

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação-Porto	Gabinete do Estudante com Necessidades de apoio à integração	Sim	Sim
Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar- Porto	Unidade de Coordenação das Valências de Apoio ao Estudante	Sim	Sim
Faculdade de Desporto-Porto	Comissão de acolhimento e acompanhamento	Sim	Sim
Faculdade de Medicina Dentária- Porto	Gabinete de Apoio ao Estudante	Sim	Sim
Faculdade de Direito-Porto	Gabinete de Apoio ao Estudante, empregabilidade e alumni	Sim	Não
Escola de Ciências e Tecnologia- Trás-os-Montes e Alto Douro	CERTIC- Centro de Engenharia de Reabilitação e Acessibilidade	Não	Não
Escola Superior Agrária- Bragança	_____	Sim	Sim
Escola Superior de Educação de Bragança	_____	Não	Não
Escola Superior de Tecnologia e de Gestão de Bragança	_____	Não	Não
Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de Mirandela	_____	Sim	Sim
Escola Superior de Hotelaria e Bem-Estar- Bragança	Mentoring Academy	Sim	Sim
Escola Superior de Educação- Viana do Castelo	Grupo de Acolhimento	Sim	Sim
Escola Superior de Educação de Fafe	Gabinete de Apoio ao Estudante	Sim	Sim
Escola Superior de Educação de João de Deus	Gabinete de Apoio ao Estudante, Equipa Multidisciplinar	Sim	Sim
Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti	Departamento de Formação em Educação Especial e Psicologia	Sim	Sim
Escola Superior de Saúde Norte da Cruz Vermelha Portuguesa	_____	Não	Não
Escola Superior de Saúde de Santa Maria	Gabinete de Atendimento e Apoio ao Estudante	Sim	Sim
Escola Superior de Saúde do Vale do Ave	Apoio a Necessidades Educativas Especiais	Sim	Sim
Escola Superior de Tecnologias da Saúde do Tâmega e Sousa	Apoio a Necessidades Educativas Especiais	Sim	Sim

Escola Superior de Enfermagem do Tâmega e Sousa	Apoio a Necessidades Educativas Especiais	Sim	Sim
Escola Superior de Tecnologias de Fafe	Gabinete de Apoio ao Estudante	Sim	Sim
Instituto Superior de Educação de Ciências Educativas do Douro	Gabinete de Apoio ao Estudante com Necessidades Educativas Especiais	Sim	Sim
Instituto Superior de Ciências da Informação da Administração	Gabinete de Integração Académica e Profissional do Estudantes	Sim	Sim
Instituto Superior de Entre Douro e Vouga	Serviço Orientação e Consulta Psicológica	Sim	Sim
Instituto Politécnico de Gaya	Comissão de Acompanhamento Social e Pedagógico dos Estudantes com NEE	Sim	Sim
Instituto Superior de Serviço Social do Porto	Gabinete de Ação Social	Sim	Sim
Instituto Politécnico da Maia	Gabinete de Acompanhamento e Apoio aos Estudantes com NEE	Sim	Sim
Escola Superior de Saúde da Fundação “Fernando Pessoa”	Gabinete de Psicologia	Sim	Não
Instituto Politécnico Jean Piaget do Norte	Gabinete de Apoios Especializados	Sim	Não
Universidade da Maia	CASP- Centro de Apoio e Serviço Psicológica; GAENEE- Gabinete de Acompanhamento e Apoio dos Estudantes com Necessidades Educativas Especiais	Sim	Sim
Instituto Superior de Tecnologias Avançadas do Porto	Gabinete de Psicologia	Sim	Sim
Instituto Universitário Ciências da Saúde	Apoio a Necessidades Educativas Especiais	Sim	Sim
Faculdade de Belas Artes- Porto	Contacto de Apoio aos Estudantes com Necessidades Educativas Especiais	Sim	Sim
Universidade do Minho- Enfermagem	Núcleo de Promoção da Inclusão, Desenvolvimento e Sucesso dos Estudantes	Não	Não
Instituto Politécnico de Viana do Castelo	Grupo de Acolhimento ao ENEE	Sim	Sim
Universidade Católica Portuguesa- Porto	Estudantes e Empregabilidade	Não	Não

Monteiro, 2024

Dessas 8 IES, constatámos que 8 têm a oferta do 1º Ciclo de Estudos em Educação Social (tabela 2), pelo que optamos por entrevistar os coordenadores das respetivas licenciaturas, por forma a percebermos qual a importância de o educador social desenvolver funções nos serviços de apoio às pessoas com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão.

**Tabela 2** - Instituições de Ensino Superior com oferta do 1º Ciclo de Estudos em Educação Social

<b>Instituições de Ensino Superior</b>	<b>Licenciatura em Educação Social</b>
Escola Superior de Educação de Bragança	Sim
Escola Superior de Educação de Fafe	Sim
Instituto Politécnico da Maia	Sim
Instituto Superior de Ciências Educativas do Douro	Sim
Escola Superior de Educação Paula Frassinetti	Sim
Escola Superior de Educação do Porto	Sim
Escola Superior de Educação de Viseu	Sim
Escola Superior de Educação de Viana do Castelo	Sim

Monteiro, 2024

Por forma a identificar e analisar em que medida existem práticas da Educação Social na promoção da educação inclusiva, fomos auscultar os responsáveis pelos serviços de apoio às pessoas com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, através de entrevistas semiestruturadas.

Assim, utilizamos como instrumento de recolha de dados a inquirição direta de atores, através de entrevistas semiestruturadas. Tivemos como participantes quatro coordenadores da licenciatura em Educação Social das Instituições de Ensino Superior com oferta do 1º ciclo de estudos nesta área e três coordenadores dos serviços de apoio às pessoas com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, num total de sete participantes.

De referir que foram contactados os oito coordenadores das licenciaturas em Educação Social, contudo apenas obtivemos resposta de quatro. O mesmo aconteceu com as 42 IES identificados com serviço de apoio às pessoas com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, sendo que foram todas contactadas e apenas obtivemos resposta de três coordenadores.

Na tabela 3, apresentamos a caracterização dos participantes, segundo a idade, género, formação académica, cargo profissional e anos de serviço. Por forma a assegurar

o respeito pela privacidade e confidencialidade, codificamos o nome dos participantes com a letra “P” e número conforme as entrevistas realizadas.

**Tabela 3** - Caracterização dos participantes das entrevistas

<b>Participante</b>	<b>Idade</b>	<b>Género</b>	<b>Formação Académica</b>	<b>Cargo Profissional</b>	<b>Anos Serviço</b>
<b>P1</b>	47	Feminino	Educação Social	Docente universitária	25 anos
<b>P2</b>		Masculino		Docente universitário	
<b>P3</b>	37	Feminino	Educação Social	Docente universitária	17 anos
<b>P4</b>	56	Feminino	História	Técnica Superior	36 anos
<b>P5</b>	45	Feminino	Psicologia	Docente Universitária	23 anos
<b>P6</b>	58	Masculino	Desporto	Técnico Superior	38 anos

Monteiro, 2024

As entrevistas foram realizadas tendo por base um guião que foi estruturado previamente (anexo 1) e ficaram registadas em áudio, por forma a facilitar o processo de transcrição e assegurar que o discurso do entrevistado seja reproduzido com exatidão. As entrevistas decorreram presencialmente num ambiente calmo e acolhedor, para que os participantes se sentissem confortáveis.

Antes de darmos início a cada uma das entrevistas, os participantes foram devidamente informados e esclarecidos acerca da nossa questão de investigação e dos objetivos da nossa pesquisa. Durante todo o processo foram tidos em conta todos os procedimentos éticos, bem como ao longo do nosso trabalho, respeitando todos os princípios do Código de Ética e de Conduta da UCP e da Carta Ética da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (SPCE). Todos os participantes aceitaram participar voluntariamente neste estudo e assinaram a declaração de consentimento informado (anexo 2), pois “têm direito a ser plenamente informados e esclarecidos sobre todos os aspetos relativos à sua participação na investigação, bem como a alterar os termos da sua autorização, podendo, inclusive, retirar o seu consentimento, em qualquer altura da investigação.” (SPCE, 2020, p.11).

Na tabela 4 apresentamos a caracterização dos serviços de apoio às pessoas com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão. Uma vez mais asseguramos o respeito pela privacidade e confidencialidade, através da codificação do nome do serviço com as letras do alfabeto.

**Tabela 4** - Caracterização dos serviços de apoio às pessoas com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão

<b>Serviço</b>	<b>Ano de criação</b>	<b>Recursos Humanos</b>	<b>Formação Recursos Humanos</b>	<b>Nº. de pessoas com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão inscritas na IEES</b>	<b>Nº. de pessoas com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão inscritas no serviço</b>
<b>A</b>	2022	2	Doutoramento em Psicologia Aplicada	3	5
<b>B</b>	2007	1	Licenciatura e Doutoramento	52	52
<b>C</b>	2008	1	Licenciatura	6	6

Monteiro, 2024

De acordo com João Amado (2017), a consulta documental é uma metodologia fundamental na pesquisa, pois permite a análise de materiais já existentes, contribuindo para a construção de conhecimento e a compreensão de contextos históricos e sociais. Apresentamos, de seguida, a lista de documentos que foram consultados no decorrer da pesquisa, existentes nos sites oficiais das IES e no Balcão IncluiES<sup>1</sup>:

- Regulamentação para alunos com Necessidades Educativas Especiais
- Regulamento/estatuto específico para alunos com Necessidades Educativas Especiais
- Guia Prático – Os direitos das pessoas com deficiência em Portugal
- Relatório final do Grupo de Trabalho para as Necessidades Especiais na Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
- Acessibilidade e Inclusão – Guias para o Ensino Superior (Guias do JISC do Reino Unido)
- Serviços de Apoio à Pessoa com Deficiência nas Instituições de Ensino Superior Espanholas

<sup>1</sup> Está inserido no Programa “Inclusão para o Conhecimento” promovido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que reúne conteúdos sobre apoio à deficiência resultantes das parcerias com as mais diversas entidades e associações.

### 1.3. Critérios de análise e discussão de dados

Os dados foram estruturados e analisados tendo por base as categorias estabelecidas previamente e com base nos objetivos da pesquisa e na metodologia selecionada. Relativamente às entrevistas, estas foram integralmente transcritas, com uma atenção minuciosa aos detalhes em cada transcrição de modo a reproduzir com fidelidade as palavras de cada um dos participantes. A análise de dados é um processo crítico que permite transformar informações brutas em conhecimento significativo, sendo fundamental para a interpretação dos resultados da pesquisa e a tomada de decisões informadas (Amado, 2017).

Na fase de interpretação dos dados, foi adotada uma abordagem analítica crítica, alinhada aos pressupostos teóricos e metodológicos do estudo. Cada categoria foi explorada em profundidade, considerando tanto as concordâncias quanto as divergências em relação aos objetivos da pesquisa. No sentido de estruturar e sintetizar os dados recolhidos, optamos por elaborar quadros sinóticos. Optámos também por realizar uma transcrição minuciosa das entrevistas, que nos permitiu captar nuances importantes da comunicação verbal e não verbal dos participantes, como pausas, entonações e ênfases, que enriqueceram a interpretação dos dados. Esses elementos foram essenciais para compreender não apenas o conteúdo explícito das falas, mas também os significados subjacentes e as emoções envolvidas, oferecendo uma visão mais completa e aprofundada sobre o fenómeno estudado. A atenção aos detalhes durante a transcrição e análise contribuiu para a credibilidade e validade dos resultados apresentados na pesquisa. Assim, "A análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa que permite descrever de forma sistemática e objetiva as mensagens de um texto, identificando padrões, temas e significados, e contribuindo assim para uma melhor compreensão do fenómeno estudado" (Bardin, 2016, p. 23), pelo que a atenção aos detalhes durante a transcrição e análise, contribuiu para a credibilidade e validade dos resultados apresentados na pesquisa.

## Capítulo II

### Contextualização da Pesquisa

#### 2.1. O ensino superior em Portugal e a educação inclusiva

O ensino superior em Portugal tem uma história que remete à Idade Média, com a fundação da Universidade de Coimbra em 1290. Durante séculos, Coimbra foi o único centro de ensino superior no país. No século XIX, houve uma expansão do ensino superior, com a criação de novas instituições, como a Universidade de Lisboa em 1911. O período do Estado Novo (1933-1974) viu o ensino superior centralizado sob o regime autoritário de Salazar. Após a Revolução dos Cravos em 1974, houve um impulso para democratizar o ensino superior, resultando na expansão da rede de instituições e na diversificação das áreas de estudo. A adesão à Comunidade Europeia em 1986 levou a reformas para alinhar o sistema de ensino superior com os padrões europeus, incluindo a adoção do Processo de Bolonha em 2006. Este processo procurou harmonizar o ensino superior na Europa, introduzindo um sistema de três ciclos e créditos ECTS (European Credit Transfer and Accumulation System). Nas últimas décadas, Portugal tem vindo a aumentar a sua presença internacional no ensino superior, promovendo parcerias e investindo em pesquisa e inovação. No entanto, desafios persistem, como a necessidade de melhorar a qualidade dos cursos, aumentar o financiamento e promover a empregabilidade dos graduados.

O ensino superior em Portugal passou por uma transformação significativa com a adesão ao processo de Bolonha em 2006. Segundo Ana Mouraz (2017), a adesão de Portugal ao processo de Bolonha em 2006 marcou um ponto de inflexão no ensino superior, promovendo a convergência de sistemas e a valorização da formação académica, com foco na qualidade e na mobilidade dos estudantes.

Este processo marcou uma mudança fundamental no sistema educacional, alinhando-o aos padrões europeus e facilitando a mobilidade dos estudantes e a comparabilidade das qualificações. Com a implementação do Processo de Bolonha, foi introduzido um sistema de três ciclos - Licenciatura, Mestrado e Doutoramento - e o uso de créditos ECTS (European Credit Transfer and Accumulation System). Isso permitiu

uma estrutura mais flexível e modular nos programas de estudo, promovendo uma abordagem mais orientada para competências e preparando os estudantes para os desafios do mercado de trabalho globalizado. A transição para o processo de Bolonha também trouxe consigo um foco renovado na qualidade do ensino e na avaliação da aprendizagem, incentivando as Instituições de Ensino Superior a melhorarem continuamente os seus programas e métodos de ensino. Embora tenha havido desafios na implementação, como a adaptação dos programas existentes e a garantia da consistência e equidade em todo o sistema, a adesão ao processo de Bolonha representou um marco importante no desenvolvimento do ensino superior em Portugal, fortalecendo a sua posição no contexto europeu e global.

A educação inclusiva começou a ganhar destaque em Portugal principalmente a partir da década de 1990, seguindo uma tendência internacional de reconhecimento dos direitos das pessoas com necessidades educativas especiais. Esse movimento foi impulsionado por mudanças legislativas e políticas que visavam garantir o acesso equitativo à educação, independentemente de suas capacidades, necessidades ou características individuais. De acordo com Maria Santos (2018), a educação inclusiva tem sido uma prioridade na agenda educacional em Portugal, com o objetivo de assegurar que todas as crianças e jovens tenham acesso a oportunidades iguais de aprendizagem e desenvolvimento, promovendo uma sociedade mais justa e inclusiva.

A implementação da educação inclusiva envolveu a criação de políticas, programas e práticas pedagógicas que promovem a participação ativa, a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência, dificuldades de aprendizagem ou outras necessidades específicas. Desde então, a educação inclusiva tem sido uma prioridade na agenda educacional portuguesa, procurando garantir que todas as crianças e jovens tenham oportunidades iguais de aprendizagem e desenvolvimento, contribuindo assim para uma sociedade justa e inclusiva.

## 2.2. Promoção da acessibilidade ao ensino superior e ao conhecimento

O Balcão InlueiES é uma iniciativa que visa promover a inclusão no ensino superior em Portugal. Este serviço oferece apoio especializado e personalizado a estudantes com necessidades educativas especiais, como deficiências físicas, sensoriais, cognitivas ou outras condições específicas. O Balcão InlueiES trabalha em estreita colaboração com as instituições de ensino superior para garantir que esses alunos tenham acesso a recursos e serviços adequados para o seu pleno desenvolvimento académico e pessoal. Para Ana Paula Ferreira (2020, p. 45) "A promoção da acessibilidade ao ensino superior é essencial para garantir que todos os estudantes, independentemente das suas condições, possam usufruir das oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento que o conhecimento proporciona".

Além de fornecer informações sobre os direitos e recursos disponíveis para os estudantes com necessidades especiais, o Balcão InlueiES oferece suporte na elaboração de planos de acompanhamento individualizados, adaptação de materiais didáticos, acesso a tecnologias de assistência e outras formas de apoio necessário para garantir uma experiência educacional inclusiva e equitativa. Portanto, "O Balcão InlueiES é um espaço de apoio que visa garantir a inclusão das pessoas com deficiência, oferecendo informações e serviços que promovem a sua participação plena na sociedade." (Pereira, 2020, p. 52).

A Direção-Geral do Ensino Superior (DGES) é um órgão central do Ministério da Educação de Portugal, responsável pela coordenação e supervisão do ensino superior no país. A DGES desempenha um papel crucial na formulação e implementação de políticas educacionais para o ensino superior, garantindo a qualidade e a equidade neste nível de ensino.

Entre as suas principais atribuições, a DGES coordena o acesso ao ensino superior através do Concurso Nacional de Acesso, que permite aos estudantes candidatarem-se a vagas em cursos de licenciatura e integrados de mestrado. Além disso, é responsável pela gestão das bolsas de estudo para estudantes, bem como pela supervisão e acreditação das instituições e cursos de ensino superior em Portugal.

Esta também desempenha um papel fundamental na promoção da internacionalização do ensino superior português, facilitando a mobilidade de estudantes

e professores, promovendo parcerias internacionais e representando Portugal em fóruns educacionais internacionais.

O Programa "Inclusão para o Conhecimento" é uma iniciativa implementada pelo Ministério da Educação de Portugal com o objetivo de promover a inclusão no ensino superior. Este programa visa garantir que todos os estudantes, independentemente das suas condições físicas, sensoriais, cognitivas ou socioeconómicas, tenham acesso igualitário e oportunidades justas de sucesso académico.

Uma das principais vertentes deste programa é o apoio financeiro e técnico para a implementação de medidas e estratégias de inclusão nas instituições de ensino superior. Isso inclui a adaptação de infraestruturas físicas, a disponibilização de recursos pedagógicos acessíveis, o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas e a formação de docentes e funcionários para lidar com a diversidade de necessidades dos estudantes.

Além disso, o Programa "Inclusão para o Conhecimento" também promove a sensibilização e a conscientização sobre a importância da inclusão no ensino superior, tanto entre a comunidade académica quanto na sociedade em geral. Incluindo a realização de campanhas de informação, seminários, workshops e outras atividades destinadas a promover uma cultura de inclusão e respeito pela diversidade.

### 2.3. As Instituições de Ensino Superior

O ensino superior é a etapa final da educação formal, oferecida por universidades, institutos e politécnicos. Esta visa formar profissionais qualificados, promover a investigação científica e estimular o desenvolvimento social e económico. Compreende cursos de graduação, pós-graduação e programas técnicos. O ensino superior desempenha um papel crucial na inovação, na empregabilidade e na formação de cidadãos preparados para os desafios do mercado de trabalho e da sociedade. Embora enfrente desafios como a garantia da qualidade e a acessibilidade, a sua importância para o progresso individual e coletivo é inegável. As IES desempenham um papel crucial na formação de cidadãos críticos e competentes, promovendo a investigação, a inovação e a inclusão social."

(Teixeira, 2019, p. 34). Cristina Palmeirão (2007, p.128) refere que é fundamental “Combinar o respeito, a dignidade, a autonomia e a solidariedade é, de facto, a melhor receita para a construção de uma cidadania activa e participativa.”, pelo que é fundamental dar voz e rosto a todos os intervenientes neste contexto de intervenção.

A transição para o Processo de Bolonha, iniciada em 1999, reformou o ensino superior na Europa para criar um sistema mais harmonizado e facilitar a mobilidade dos estudantes e o reconhecimento dos diplomas. As principais mudanças incluem a adoção de uma estrutura de ensino em três ciclos (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento) e a implementação do Sistema Europeu de Transferência de Créditos (ECTS). Apesar dos desafios, como a adaptação curricular e as preocupações com a qualidade, o Processo de Bolonha foi fundamental para promover um espaço europeu de ensino superior mais integrado e acessível.

Relativamente à tabela que apresenta informação sobre as Instituições de Ensino Superior (IES) no que tange aos serviços de apoio para alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) pode ser analisada de forma a evidenciar o comprometimento dessas instituições com a inclusão e o suporte a esses estudantes. Um dos primeiros aspetos a considerar é a presença de gabinetes específicos dedicados ao atendimento de alunos com NEE. A existência desses gabinetes nas IES indica um esforço institucional em proporcionar um apoio mais estruturado e especializado, o que é essencial para atender às demandas específicas desses alunos.

Neste sentido, a existência de regulamentações específicas nas IES sugere um reconhecimento formal das necessidades desses alunos e a criação de políticas que visam garantir seus direitos e facilitar seu processo de aprendizagem. Essa regulamentação é fundamental para assegurar que os alunos com NEE tenham acesso igualitário aos recursos e oportunidades educacionais.

Por fim, a existência de regulamento ou estatuto específico para alunos com NEE nas IES é um indicador importante do nível de formalização das políticas inclusivas. Estas instituições que possuem esses documentos demonstram um compromisso formal e sistemático com a inclusão, o que pode refletir em práticas mais consistentes e eficazes de apoio aos alunos com NEE. A análise conjunta desses aspetos permite uma compreensão abrangente de como as IES estão se preparando e se adaptando para atender

às necessidades educacionais especiais de seus estudantes, destacando tanto avanços quanto áreas que ainda necessitam de desenvolvimento.

## Capítulo III

### Análise e discussão de dados

#### 3.1. Práticas promotoras de inclusão

Neste ponto apresenta-se a análise dos dados relativos ao primeiro objetivo do estudo, que funcionou como categoria de análise, referente às práticas promotoras de inclusão das pessoas com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão. Na tabela 5, encontra-se os principais dados recolhidos relativos a esta questão.

Tabela 5 - Quadro Sinótico: práticas promotoras de inclusão

Categoria	Fragmentos do Discurso
Práticas promotoras de inclusão das pessoas com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão	<i>(...) temos a adaptação de avaliações e exames, oferecemos adaptações razoáveis nos métodos de avaliação e nos exames para garantir que todos os alunos possam demonstrar seu conhecimento. (P1)</i>
	<i>Ao trabalhar no Gabinete de apoio aos estudantes com NEE/necessidades educativas organizo os apoios necessários, por exemplo, o pedido de interpretes de LGP ou criar condições para os estudantes puderem estar nas salas de aulas (colocação de mesas em anfiteatros, cadeiras mais confortáveis, etc). (P4)</i>
	<i>(...) temos um serviço de apoio psicopedagógico para ajudar os estudantes a desenvolver estratégias de aprendizagem eficazes e gerir o stress académico e um esforço na adaptação das infraestruturas físicas para garantir acessibilidade a todos os estudantes. (P1)</i>
	<i>(...) são promovidos debates/conferências subordinados ao tema(...). (P4)</i>
	<i>(...) ações de sensibilização para desmistificar a diferença; b) adaptações de espaços e acessos na instituição; c) divulgação do estatuto de estudante com necessidade de medidas de apoio à aprendizagem, etc). (P5)</i>
	<i>(...) temos uma abordagem centrada no aluno, com programas que incluem apoio pedagógico personalizado, mentoria e acompanhamento psicológico. Oferecemos também adaptações curriculares e recursos de acessibilidade, como materiais em formatos alternativos (...) (P3)</i>
	<i>As medidas são definidas com base numa avaliação individualizada das necessidades de cada aluno, geralmente conduzida por uma equipa multidisciplinar. E trabalhamos com estreita colaboração com os estudantes para desenvolver planos de aprendizagem personalizados e ajustados conforme necessário. (P3)</i>
	<i>As medidas são definidas com base numa avaliação individualizada das necessidades de cada aluno, geralmente conduzida por uma equipa multidisciplinar. (P3)</i>
	<i>(...) o feedback dos estudantes, especialmente daqueles que são diretamente beneficiados pelas práticas inclusivas, para avaliar a sua satisfação e identificar áreas de melhoria; e monitorizar e comparar o</i>

	<i>desempenho acadêmico de alunos de grupos minoritários ou com necessidades especiais antes e depois da implementação de práticas inclusivas. (P1)</i>
	<i>Colaboramos com várias organizações e instituições locais que oferecem apoio especializado, como associações de pessoas com deficiência, serviços de saúde e outras instituições de ensino que promovem práticas inclusivas. (P3)</i>
	<i>(...) continua a existir a necessidade de acessibilidade não só física, mas também sensorial e intelectual aos espaços e materiais de estudo. É necessário também promover maior instintividade nos materiais partilhados, bem como envolver os estudantes nas mudanças na e da escola (em particular os estudantes com necessidades adicionais). (P2)</i>

Monteiro, 2024

Como podemos ver, os participantes identificam práticas promotoras de inclusão das pessoas com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, indo ao encontro das recomendações internacionais bem patententes na “Agenda 2030 para Desenvolvimento Sustentável – uma visão inclusiva para a humanidade promover o bem-estar, a justiça e a paz para todos” (UNESCO, 2021, p. 51). Portanto, as IES “devem garantir que a educação responda às necessidades dos cidadãos e de outras pessoas que vivem dentro de suas fronteiras territoriais, em particular às necessidades daqueles historicamente excluídos ou marginalizados.” (UNESCO, p. 107). Portanto, os participantes reconhecem a importância de promover uma educação inclusiva que vá ao encontro das necessidades e especificidades de cada estudante com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão.

*(...) temos uma abordagem centrada no aluno, com programas que incluem apoio pedagógico personalizado, mentoria e acompanhamento psicológico. Oferecemos também adaptações curriculares e recursos de acessibilidade, como materiais em formatos alternativos (...) (P3)*

*(...) temos a adaptação de avaliações e exames, oferecemos adaptações razoáveis nos métodos de avaliação e nos exames para garantir que todos os alunos possam demonstrar seu conhecimento. (P1)*

*Ao trabalhar no Gabinete de apoio aos estudantes com NEE/necessidades educativas organizo os apoios necessários, por exemplo, o pedido de interpretes de LGP ou criar condições para os estudantes puderem estar nas salas de aulas (colocação de mesas em anfiteatros, cadeiras mais confortáveis, etc). (P4)*

Constata-se também que existe a preocupação em estabelecer parcerias e trabalhar em rede por forma a dar respostas concretas aos problemas das pessoas com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão. Essa preocupação também se reflete no apoio individualizado dada a cada pessoa com medida de suporte à aprendizagem e à inclusão, realizado através de uma equipa multidisciplinar.

*Colaboramos com várias organizações e instituições locais que oferecem apoio especializado, como associações de pessoas com deficiência, serviços de saúde e outras instituições de ensino que promovem práticas inclusivas. (P3)*

*As medidas são definidas com base numa avaliação individualizada das necessidades de cada aluno, geralmente conduzida por uma equipa multidisciplinar. (P3)*

Os participantes referiram também que é importante trabalhar a diferença junto da comunidade educativa, para que todos também façam parte da solução, pelo que consideram importante realizar ações de sensibilização junto da comunidade educativa.

*(...) ações de sensibilização para desmistificar a diferença; b) adaptações de espaços e acessos na instituição; c) divulgação do estatuto de estudante com necessidade de medidas de apoio à aprendizagem, etc). (P5)*

Os dados recolhidos revelaram aspetos comuns entre os entrevistados, pois de uma forma geral, percebe-se que existe um esforço conjunto para enfrentar os desafios impostos pelo aumento ao acesso ao ensino superior nas últimas décadas.

*O aumento do acesso ao ensino superior nas últimas décadas constitui um desafio para todas as instituições, repercutindo-se na necessidade de adequação e integração de pessoas com características muito diferentes do perfil tradicional de estudante de ensino superior. Um dos desafios tem sido a resposta à necessidade de formação pedagógica dos professores. (P2)*

Também foi referido pelos participantes que existem diversos desafios no que concerne a implementação de práticas promotoras de inclusão das pessoas com medidas

de suporte à aprendizagem e à inclusão, nomeadamente desafios financeiros, formação contínua para quem intervém diretamente com pessoas com medida de suporte à aprendizagem e à inclusão e barreiras físicas.

*(...) os maiores desafios prendem-se com a falta de financiamento adequado para implementar e manter iniciativas inclusivas, como recursos de apoio, programas de formação e infraestruturas adaptadas. (P1)*

*(...) principais desafios são: a falta de recursos, a formação contínua para o corpo docente e técnico-administrativo para lidar com a diversidade de necessidades dos alunos. Além disso, a sensibilização e a mudança de mentalidades em relação à inclusão ainda são um trabalho em progresso, tal como as políticas nesta área (...) (P3)*

*(...) continua a existir a necessidade de acessibilidade não só física, mas também sensorial e intelectual aos espaços e materiais de estudo. É necessário também promover maior instintividade nos materiais partilhados, bem como envolver os estudantes nas mudanças na e da escola (em particular os estudantes com necessidades adicionais). (P2)*

Em síntese, os participantes revelaram a preocupação com a criação de um ambiente de aprendizagem inclusivo e acessível, reconhecendo a importância de uma abordagem centrada no aluno e da necessidade de preparação contínua do pessoal docente e não docente para lidar com as crescentes demandas de uma comunidade académica cada vez mais diversa.

### 3.2. Práticas da Educação Social na promoção da educação inclusiva

No que concerne a segunda categoria, correspondente às práticas da Educação Social na promoção da educação inclusiva no Ensino Superior, em termos gerais, foi possível concluir que existem no contexto das IES e que são reconhecidas como fundamentais pelos participantes. Na tabela 6, apresenta-se o resumo dos dados recolhidos, através dos fragmentos do discurso.

**Tabela 6 - Quadro Sinótico: Práticas da Educação Social**

Categoria	Fragmentos do Discurso
Práticas da Educação Social na promoção da educação inclusiva no Ensino Superior	<i>Oferecemos disciplinas específicas sobre educação inclusiva, diversidade cultural, que são obrigatórias ou seletivas na formação dos educadores sociais. A educação social é integrada transversalmente em várias disciplinas, abordando temas como equidade, direitos humanos, e inclusão em contextos diversos (...). (P1)</i>
	<i>Adaptamos recursos e apoio para responder às necessidades individuais dos estudantes, assegurando que todos têm o suporte necessário para alcançar o seu potencial. (P1)</i>
	<i>Valorizamos muito a aprendizagem através de experiências práticas, proporcionando aos estudantes, oportunidades de estágio supervisionado em ambientes inclusivos. (P1)</i>
	<i>Na nossa instituição, colaboramos ativamente com profissionais da Educação Social fora do ambiente acadêmico para fortalecer práticas inclusivas. Estabelecemos parcerias de estágio com ONGs e outras organizações da sociedade civil. Além disso, participamos em redes profissionais e eventos de formação onde compartilhamos experiências e desenvolvemos novas abordagens colaborativas para enfrentar desafios comuns em educação inclusiva. (P1)</i>
	<i>A Educação Social também promove a cultura institucional, ao fomentar valores de equidade e responsabilidade social, posicionando as instituições como líderes na promoção da igualdade de oportunidades no ensino superior. (P1)</i>
	<i>(...) incentivamos os alunos a desenvolver competências para apoiar a inclusão em diversos contextos sociais e educacionais. (P3)</i>
	<i>A nossa abordagem baseia-se em princípios de empatia, respeito pela diversidade, inclusão e justiça social. Valorizamos o desenvolvimento de competências socioemocionais e a construção de um ambiente educativo que apoie a participação ativa e igualitária de todos os estudantes. (P3)</i>
	<i>(...) oferecemos formação contínua para os profissionais da área, focando em estratégias de mediação, resolução de conflitos, educação inclusiva e desenvolvimento de projetos comunitários. (P3)</i>
	<i>Mantemos colaborações ativas com profissionais da área através de estágios, seminários e workshops que promovem a troca de experiências e boas práticas. (P3)</i>
	<i>Os resultados têm sido bastante positivos, com uma maior integração de alunos com necessidades especiais e uma maior conscientização sobre as questões de inclusão entre os estudantes e a comunidade acadêmica. (P3)</i>
	<i>Aceitação da diferença e verdadeira integração dos estudantes com necessidades. (P5)</i>
	<i>Observamos uma redução na taxa de abandono escolar entre os alunos que recebem apoio através das práticas de Educação Social. (P3)</i>
<i>A Educação Social para a promoção da educação inclusiva é muito importante no Ensino Superior. Na nossa IES, temos várias práticas de Educação Social, que consideramos boas práticas, tais como o Serviço de Mentoria para os estudantes do 1º ano; promoção de programas de voluntariado; consultas de apoio psicológico; promoção de práticas sustentáveis e de responsabilidade social. (P4)</i>	

Monteiro, 2024

Os participantes referiram que a colaboração com os educadores sociais é fundamental para a promoção de práticas inclusivas. Referiram também, que a partilha de conhecimentos e de experiências se revela crucial para uma prática mais ajustada às necessidades das pessoas com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão.

*Na nossa instituição, colaboramos ativamente com profissionais da Educação Social fora do ambiente académico para fortalecer práticas inclusivas. Estabelecemos parcerias de estágio com ONGs e outras organizações da sociedade civil. Além disso, participamos em redes profissionais e eventos de formação onde compartilhamos experiências e desenvolvemos novas abordagens colaborativas para enfrentar desafios comuns em educação inclusiva. (P1)*

*A Educação Social para a promoção da educação inclusiva é muito importante no Ensino Superior. Na nossa IES, temos várias práticas de Educação Social, que consideramos boas práticas, tais como o Serviço de Mentoria para os estudantes do 1º ano; promoção de programas de voluntariado; consultas de apoio psicológico; promoção de práticas sustentáveis e de responsabilidade social. (P4)*

Foi possível constatar que as práticas desenvolvidas evidenciam os valores da Educação Social e que as IES, através dos serviços de apoio às pessoas com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão promovem a autonomia, o pensamento crítico e a colaboração, criando oportunidades para que cada pessoa com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão explore o seu potencial único.

*A nossa abordagem baseia-se em princípios de empatia, respeito pela diversidade, inclusão e justiça social. Valorizamos o desenvolvimento de competências socioemocionais e a construção de um ambiente educativo que apoie a participação ativa e igualitária de todos os estudantes. (P3)*

Os participantes referiram também que o plano de estudos da licenciatura em Educação Social contempla unidades curriculares na área da educação inclusiva e da multiculturalidade. Esta preocupação evidencia o compromisso em formar profissionais sensíveis à diversidade sociocultural, capazes de intervir de forma ética e inclusiva nos diversos contextos socioeducativos. Para além disso, reforça a importância de preparar os

futuros educadores sociais para lidar com os desafios alusivos à inclusão, promovendo a equidade e o respeito pelas diferenças no ambiente socioeducativo.

*Oferecemos disciplinas específicas sobre educação inclusiva, diversidade cultural, que são obrigatórias ou seletivas na formação dos educadores sociais. A educação social é integrada transversalmente em várias disciplinas, abordando temas como equidade, direitos humanos, e inclusão em contextos diversos (...). (P1)*

*(...) oferecemos formação contínua para os profissionais da área, focando em estratégias de mediação, resolução de conflitos, educação inclusiva e desenvolvimento de projetos comunitários. (P3)*

Os participantes referiram que as práticas são diferenciadas e adaptadas individualmente a cada pessoa com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão.

*Adaptamos recursos e apoio para responder às necessidades individuais dos estudantes, assegurando que todos têm o suporte necessário para alcançar o seu potencial. (P1)*

*(...) incentivamos os alunos a desenvolver competências para apoiar a inclusão em diversos contextos sociais e educacionais. (P3)*

*Aceitação da diferença e verdadeira integração dos estudantes com necessidades. (P5)*

O recurso a práticas de Educação Social foi tido como estratégia eficaz para a promoção da educação inclusiva. Essas práticas têm facilitado o desenvolvimento de um ambiente mais acolhedor e acessível para todos, promovendo a valorização das diferenças e o respeito mútuo. As práticas de Educação Social têm contribuído para a criação de uma cultura institucional que apoia a diversidade e incentiva a participação de todos os estudantes, independentemente das suas particularidades, fomentando desta forma uma experiência socioeducacional mais rica e significativa para toda a comunidade educativa.

*Os resultados têm sido bastante positivos, com uma maior integração de alunos com necessidades especiais e uma maior conscientização sobre as questões de inclusão entre os estudantes e a comunidade académica. (P3)*

A segunda categoria, concernente às práticas de intervenção sociopedagógica, revelou, por meio da recolha de dados, importantes informações sobre as práticas da Educação Social na promoção da educação inclusiva no Ensino Superior. Foi possível constatar que essas práticas são centradas em estratégias que visam garantir a inclusão e a equidade entre os estudantes, independentemente de suas características individuais ou necessidades especiais.

Em suma, o objetivo dessas práticas é criar ambientes educacionais acolhedores e capacitar todos os estudantes, através da promoção do desenvolvimento acadêmico e pessoal. Por fim, constatou-se que existem práticas da Educação Social na promoção da educação inclusiva no Ensino Superior e que são reconhecidas como tal. Pois como refere Renata Machado (2023, p. 63) “De maneira consensual, referem-se à atividade profissional como uma atividade de encontro humano, onde a relação interpessoal tem um lugar de destaque, evidenciando assim alinhamento com os princípios que norteiam a sua formação acadêmica.”

### 3.3. Integração da Educação Social no ensino superior para a promoção da educação inclusiva

Neste ponto apresenta-se os dados recolhidos relativos à terceira categoria, correspondente à importância da integração da Educação Social no ensino superior para a promoção da educação inclusiva. Em termos gerais, conclui-se que a Educação Social tem tido uma importância crescente na promoção da inclusão e no apoio às pessoas com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão. A Educação Social tem se revelado crucial para enfrentar os desafios impostos pela diversidade de perfis e necessidades existentes no ensino superior. Na tabela 7 encontra-se o resumo dos fragmentos do discurso.

**Tabela 7 - Quadro Sinótico: Integração da Educação Social no Ensino Superior**

Categoria	Fragmentos do Discurso
Integração da Educação Social no Ensino Superior	<i>Esta integração desafia práticas tradicionais ao fomentar uma reflexão crítica sobre as desigualdades sociais e a exclusão educacional, incentivando políticas e estratégias que garantam não apenas o acesso inicial, mas também o sucesso contínuo e a plena integração dos estudantes ao longo de seu percurso acadêmico. (P1)</i>
	<i>(...) a Educação Social no Ensino Superior vai além das salas de aula, abrangendo estágios, projetos de pesquisa e colaborações com a comunidade. Isso permite que estudantes e profissionais ganhem experiência prática e desenvolvam competências para implementar soluções eficazes. (P1)</i>
	<i>(...) integração não só fortalece as instituições de ensino superior como agentes de mudança social, promovendo princípios de equidade e justiça social nas suas políticas e práticas, mas também estimula a investigação (...) (P1)</i>
	<i>A escassez de recursos pode limitar a capacidade das instituições de ensino superior de oferecerem suporte eficaz e sustentável aos estudantes. (P1)</i>
	<i>(...) estabelecer parcerias e colaborações externas eficazes com organizações da sociedade civil, agências governamentais e outras entidades é fundamental para o sucesso da inclusão educacional. No entanto, isso requer esforços coordenados e uma colaboração contínua para garantir que todos os recursos e conhecimentos necessários sejam aproveitados da melhor forma possível. (P1)</i>
	<i>(...) a integração da Educação Social no Ensino Superior essencial para a promoção da inclusão, pois ela fornece as ferramentas e os conhecimentos necessários para lidar com a diversidade de alunos. (P3)</i>
	<i>(...) o desenvolvimento de competências sociais e emocionais nos estudantes, a promoção de uma cultura de inclusão e respeito pela diversidade e a preparação de futuros profissionais capacitados para atuar em contextos variados de intervenção social. (P3)</i>
	<i>(...) principais desafios é a resistência à mudança dentro das instituições de ensino, assim como a necessidade de mais recursos e formação para docentes e administradores para compreender e aplicar práticas de Educação Social de forma eficaz. (P3)</i>
	<i>Gostaria de ver uma maior valorização da Educação Social nas políticas educacionais, com a alocação de mais recursos para programas de inclusão e formação contínua de profissionais. (P3)</i>
	<i>(...) seria importante incluir a Educação Social como uma disciplina transversal em diferentes áreas de estudo. (P3)</i>
	<i>Os estudantes trazem novas perspectivas e energia para a causa, os docentes são responsáveis por implementar práticas inclusivas no dia a dia, e os administradores têm a responsabilidade de criar políticas que sustentem e apoiem essas iniciativas. (P3)</i>
	<i>(...) a integração da Educação Social no Ensino Superior é fundamental para a transformação do ambiente educativo, tornando-o mais justo e acessível para todos os alunos. (P3)</i>
<i>É extremamente importante e crucial exatamente porque promove a equidade e igualdade. (P4)</i>	

Monteiro, 2024

Os participantes reconhecem a importância da integração da Educação Social no ensino superior, uma vez que contribui para a transformação do ambiente educativo e não só, uma vez que facilita a relação entre a IES e a comunidade.

*(...) a integração da Educação Social no Ensino Superior é fundamental para a transformação do ambiente educativo, tornando-o mais justo e acessível para todos os alunos. (P3)*

*(...) a Educação Social no Ensino Superior vai além das salas de aula, abrangendo estágios, projetos de pesquisa e colaborações com a comunidade. Isso permite que estudantes e profissionais ganhem experiência prática e desenvolvam competências para implementar soluções eficazes. (P1)*

Os participantes referem ainda que a Educação Social traz um olhar positivo sobre o outro, atuando de forma inovadora e criativa, portanto, são desafiados a “re-significar espaços/tempos/modos de educar em todas as dimensões da pessoa e durante toda a sua caminhada existencial.” (Gonçalves, 2009, p. 36). Este modo de intervir, desafia os profissionais da Educação Social a adaptarem-se constantemente à realidade e às especificidades de cada pessoa com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão. Assim, a Educação Social constrói espaços de encontro, diálogo e mudanças significativas na vida das pessoas.

*Esta integração desafia práticas tradicionais ao fomentar uma reflexão crítica sobre as desigualdades sociais e a exclusão educacional, incentivando políticas e estratégias que garantam não apenas o acesso inicial, mas também o sucesso contínuo e a plena integração dos estudantes ao longo de seu percurso acadêmico. (P1)*

*(...) integração não só fortalece as instituições de ensino superior como agentes de mudança social, promovendo princípios de equidade e justiça social nas suas políticas e práticas, mas também estimula a investigação (...) (P1)*

Segundo os participantes, os educadores sociais têm competências para promover diversas iniciativas para a inclusão socioeducativa das pessoas com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão. Estes profissionais, promovem abordagens inovadoras e criativas, que lhes permite intervir para e com as pessoas, valorizando as suas diversas

dimensões ao longo da sua vida, logo, permitem que cada pessoa com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, sejam acolhidos na sua individualidade e diversidade.

*(...) o desenvolvimento de competências sociais e emocionais nos estudantes, a promoção de uma cultura de inclusão e respeito pela diversidade e a preparação de futuros profissionais capacitados para atuar em contextos variados de intervenção social. (P3)*

*É extremamente importante e crucial exatamente porque promove a equidade e igualdade. (P4)*

Foi referido pelos participantes que os educadores sociais são atores socioeducativos privilegiados para fomentar o trabalho em rede, estabelecendo parcerias com as instituições da comunidade local e nacional.

*(...) estabelecer parcerias e colaborações externas eficazes com organizações da sociedade civil, agências governamentais e outras entidades é fundamental para o sucesso da inclusão educacional. (P1)*

Constatou-se a importância da integração de educadores sociais nos serviços de apoio às pessoas com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, contudo, devido à resistência à mudança por parte das IES e devido à falta de recursos, ainda há um caminho a percorrer.

*(...) principais desafios é a resistência à mudança dentro das instituições de ensino, assim como a necessidade de mais recursos e formação para docentes e administradores para compreender e aplicar práticas de Educação Social de forma eficaz. (P3)*

*Os estudantes trazem novas perspetivas e energia para a causa, os docentes são responsáveis por implementar práticas inclusivas no dia a dia, e os administradores têm a responsabilidade de criar políticas que sustentem e apoiem essas iniciativas. (P3)*

*Gostaria de ver uma maior valorização da Educação Social nas políticas educacionais, com a alocação de mais recursos para programas de inclusão e formação contínua de profissionais. (P3)*

Em resumo, a integração da Educação Social no Ensino Superior para a promoção da inclusão, é reconhecida e valorizada pelos participantes, contudo, ainda há um caminho a fazer para que os educadores sociais possam integrar as equipas multidisciplinares dos serviços de apoio às pessoas com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão. Como refere Ana Vieira (2013, p.48), a comunidade educativa “constitui-se num potencial palco de educação social, num verdadeiro território educativo, no sentido de aprender a viver com o outro sem se tornar no outro, mas sendo influenciado pelo outro e recebendo e dando do outro e ao outro.”. Essa integração exige uma estrutura educacional que valorize a presença do educador social como um facilitador do processo de inclusão, contribuindo para um espaço educativo que acolhe a diversidade.

## **Conclusão**

Os dados recolhidos permitiram evidenciar que num contexto marcado pela crescente diversidade e complexidade social, a Educação Social assume um papel essencial para responder às necessidades das pessoas com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão. Portanto, a Educação Social quando integrada no ensino superior, pode contribuir para o desenvolvimento de competências que transcendem a sala de aula. Assim, constatou-se que a Educação Social no ensino superior é um pilar essencial na construção de um sistema educacional inclusivo e comprometido com a transformação social.

Todos os participantes identificaram práticas promotoras de inclusão das pessoas com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão no contexto das IES, promovidas através dos serviços de apoio às pessoas com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão. No entanto, a partir das respostas obtidas, constatou-se que, embora haja um reconhecimento crescente da importância da integração da Educação Social no ensino superior para a promoção da educação inclusiva, ainda há um caminho a fazer. Muitos participantes apontaram a necessidade de uma maior articulação entre os cursos de Educação Social e outros setores das IES, para que as práticas de Educação Social cheguem a todas as pessoas que intervêm diretamente com pessoas com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão.

No entanto, a pesquisa também revelou desafios significativos, entre eles, destaca-se a necessidade de integrar os profissionais da Educação Social nas equipas multidisciplinares dos serviços de apoio às pessoas com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão. Ao integrar a Educação Social no ensino superior, as IES podem desempenhar um papel fundamental na formação de profissionais capacitados para promover ambientes educacionais mais inclusivos e equitativos.

## Considerações finais

Terminado esta caminhada investigativa, podemos concluir que a Educação Social tem um papel fundamental no Ensino Superior, especialmente no que concerne a promoção de uma educação inclusiva. As Instituições de Ensino Superior que adotam práticas inclusivas sustentadas por medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão, revelam o seu compromisso com a igualdade de oportunidades e com a construção de ambientes socioeducativos mais justos e acessíveis para todos, pois “falamos de uma intervenção socioeducativa capaz de contribuir para a inclusão social, tendo sempre em conta as particularidades de cada pessoa.” (Camões, 2018, p. 60).

A integração da Educação Social no ensino superior é valorizada pelos participantes pois estes referiram que “*é extremamente importante e crucial exatamente porque promove a equidade e igualdade.*” (P4). Os participantes sugerem ainda que “*seria importante incluir a Educação Social como uma disciplina transversal em diferentes áreas de estudo.*” (P3) e como refere Cindy Vaz (2023, p. 68) para que possam “desenvolver competências para uma ação pedagógica relevante e inovadora. Entre estes profissionais da educação incluem-se também os professores, desafiados a promover uma educação que se pretende que seja cada vez mais inclusiva e ligada às comunidades.”.

Também foi possível constatar que os participantes referiram que a Educação Social acontece dentro e fora das IES, pois como refere Ana Vieira (2013)

Parece-nos fundamental que a educação social ocorra tanto na escola como dela. De resto, como temos referido, preferimos distanciar-nos desse dualismo “formal/não formal” com que alguns autores arrumam a educação social versus aquela que, não sendo social, seria a escolar. Essa dicotomia formal/informal não nos parece ajudar nada na delimitação da educação social que defendemos. Mesmo na própria escola, a educação social tem que acontecer, seja de uma forma transdisciplinar, multidisciplinar, nos vários projectos, mais ou menos de sucesso, mais ou menos de fracassados, da área da escola, da formação pessoal e social, do desenvolvimento pessoal, na área de projecto, etc.”. (p. 95-96)

Constata-se assim que a educação social intervém de uma forma transdisciplinar através dos atores socioeducativos, seja no contexto sala de aula ou fora dele, pois “precisamos de construir respostas socioeducativas adequadas, mais complexas e mais criativas, num esforço que, transcendendo amplamente as questões de ordem metodológicas, apela à mobilização de aptidões próprias de um pensamento relacional, sensível e problematizador.” (Baptista, 2021, p. 60).

Renata Machado (2023, p.7) afirma que “na sua condição de pedagogos sociais, os educadores sociais lidam com situações especialmente problemáticas e dilemáticas, sendo como tal chamados a tomar decisões de grande responsabilidade humana e social.” O papel do educador social, vai para além da ação prática, uma vez que a sua intervenção deve ser pautada por uma grande sensibilidade humana e discernimento para influenciar positivamente a vida daqueles que mais precisam, contribuindo para a justiça social e para a promoção da inclusão em diferentes contextos socioeducativos.

Ao abordar o tema do lugar da Educação Social no Ensino Superior, dentro do quadro de promoção de uma educação inclusiva, é essencial considerar as limitações e desafios que o estudo enfrenta, bem como as sugestões para futuras pesquisas na área. Primeiramente, um dos principais constrangimentos do estudo reside na escassez de dados longitudinais e de uma base teórica consolidada sobre a integração da Educação Social no Ensino Superior, principalmente no contexto de uma educação inclusiva. Embora a literatura aborde o papel da Educação Social de maneira geral, ainda há uma carência de investigações específicas que considerem a realidade do Ensino Superior e a forma como este contribui para formar profissionais capacitados para lidar com a diversidade e inclusão nas mais variadas esferas sociais. Outro desafio importante é o contexto dinâmico e a evolução das políticas educativas, que podem influenciar os resultados e a pertinência de conclusões a médio e longo prazo. O processo de adaptação das instituições e dos profissionais à promoção de uma educação inclusiva é gradual, e as iniciativas podem variar significativamente entre diferentes politécnicos, o que dificulta a elaboração de uma análise uniforme e generalizável. Por fim, no futuro seria importante auscultar a perceção das pessoas com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão acerca deste tema, para que elas próprias possam dar o seu testemunho.

Espera-se que as reflexões e dados apresentados nesta tese inspirem políticas e práticas educacionais mais integradoras e que esta pesquisa contribua para futuras investigações sobre o papel transformador da Educação Social no contexto universitário.

## Referências Bibliográficas

- Amado, J. (Coord.) (2017). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação* (3ªed.). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Azevedo, J. (2009). A educação de todos e ao longo de toda a vida e a regulação sociocomunitária da educação. *Cadernos De Pedagogia Social*, (3), 9-34. <https://doi.org/10.34632/cpedagogiasocial.2009.1934>
- Baptista, I. (2008). Pedagogia Social: uma ciência, um saber profissional, uma filosofia de acção. *Cadernos De Pedagogia Social*, (2), 7-30. <https://doi.org/10.34632/cpedagogiasocial.2008.1922>
- Baptista, I. (2012). Ética e Educação Social – interpelações de contemporaneidade. *Revista Interuniversitaria de Pedagogia Social*, 9, 37-49. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=135025474003>
- Baptista, I. (2021). Inovação, Pedagogia Social e Desenvolvimento Humano. In Vieira, A. M.; Vieira, R. & Marques, J. C. (orgs.). (2021). *Temas e Contextos de Pedagogia- Educação Social* (pp.59-86). Porto: Edições Afrontamento.
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Camões, A. (2018). *Formação Contínua e Ethos Profissional - O caso dos Educadores Sociais em Portugal* [Dissertação de Doutoramento não-publicada]. Faculdade de Educação e Psicologia, Universidade Católica Portuguesa.
- Carvalho, A. D. & Baptista, I. (2004). *Educação Social: Fundamentos e estratégias*. Porto Editora.
- Correia, L. M. (2003). O sistema educativo português e as necessidades educativas especiais ou quando inclusão quer dizer exclusão. In L. M. Correia (Org.). *Educação Especial e Inclusão. Quem disser que uma sobrevive sem a outra, não está no seu perfeito juízo*. (pp. 11-39). Porto: Editora Porto.
- Delors, J. (1996). *Educação um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI* (7ª. Ed.). Edições ASA.

- Dias, S. J. (2013). Educação superior: bem público, equidade e democratização. *Avaliação*, v.18, n.1, p. 107-126.
- Ferreira, A. P. (2020). *Acessibilidade e Inclusão no Ensino Superior: Desafios e Oportunidades*. Almedina.
- Gonçalves, R. (2018). *Políticas Públicas e Inclusão: Desafios e Oportunidades para Pessoas com Deficiência*. Edições Sílabo.
- Machado, R. (2023). *Ética e Formação Inicial dos Educadores Sociais – O Caso Português*. [Tese de Doutoramento não publicada]. Faculdade de Educação e Psicologia, Universidade Católica Portuguesa.
- Martins, S. (2018). *Educação Inclusiva: Teoria e Prática*. Edições Sílabo.
- Palmeirão, C. (2007). *O esforço do nosso tempo*. *Cadernos De Pedagogia Social*, 1, 125-134. <https://doi.org/10.34632/cpedagogiasocial.2007.1919>
- Pereira, A. (2020). *Inclusão e Acessibilidade: Uma Nova Perspetiva*. Edições Almedina.
- Petrus, A. (2004). Educación Social y Educación Escolar. Em *Revista Interuniversitaria*. Nº 11. pp. 87-110.
- Ribeiro, J. (2019). *Necessidades Educativas Especiais: Teoria e Prática na Educação Inclusiva*. Universidade do Porto.
- Rodrigues, D. (2019). *Inclusão e Educação: Doze Olhares sobre a Educação Inclusiva*. Porto Editora.
- Rodrigues, D. (2020). Fundamentalismo, Complexidade e Inclusão. Contributos para uma Educação Inclusiva. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, n.º especial, 215-227. <https://doi.org/10.34632/investigacaoeducacional.2020.8507>
- Rosa, M. & Trindade, A. R. (2020). Educação Inclusiva – percursos normativos e (des)continuidade conceptuais. In Luísa, C. & Borges, M. L. (Coords), *Construindo a Educação Inclusiva: Teoria e Prática*. Papa-letras.
- Sachs, J. (2015). *The Age of Sustainable Development*. Columbia University Press.
- Sanches, I., & Teodoro, A. (2006). Da integração à inclusão escolar: cruzando perspetivas e conceitos. *Revista Lusófona de Educação* (8), 63-83.

- Santos, M. (2018). *Educação Inclusiva em Portugal: Desafios e Avanços*. Editora do Instituto Politécnico de Lisboa.
- Teixeira, R. (2019). *Educação Superior e Inclusão: Desafios e Oportunidades*. Edições Universidade de Lisboa.
- Valente, R. (2021). Hospitalidade e Liderança Pedagógico-Organizacional: um desafio para as instituições sociais e educativas. [Dissertação de Doutoramento não-publicada]. Faculdade de Educação e Psicologia, Universidade Católica Portuguesa.
- Vaz, C. (2010). *Educação Social e Intervenção Sociocomunitária: O Educador Social numa «Comunidade de Aprendentes»* [Dissertação de mestrado não-publicada]. Universidade Católica Portuguesa.
- Vaz, C. (2023). Educação Social e Formação Inicial - O lugar da Pedagogia Social [Dissertação de Doutoramento não-publicada]. Faculdade de Educação e Psicologia, Universidade Católica Portuguesa.
- Vaz, C., & Baptista, I. (2021). Pedagogia Social e Inovação Socioeducativa – Imperativos de formação académica. *Brazilian Journal of Development*, 7(8), 77886-77898.
- Vieira, A. (2013). *Educação Social e Mediação Sociocultural*. Profedições.
- Vieira, A. P. (2015). *Educação Inclusiva: Desafios e Perspectivas*. Editora Moderna.

## Bibliografia

- Amado, J. (2016). *Investigação em Educação: Métodos e Técnicas*. Editora Almedina.
- Amado, J. (2021). *Metodologias da Investigação em Educação* (2ªed.) Almedina.
- Areias, C. (2018). Os desafios da equidade e da inclusão na educação pré-escolar e no 1.º CEB - perspetivas de estudantes em formação inicial e docentes.
- Azevedo, J. (2011). *Liberdade e Política Pública de Educação, Ensaio sobre um novo compromisso social pela educação*. Fundação Manuel Leão.
- Baptista, I. (2005). *Dar rosto ao futuro: A educação como compromisso ético*. Porto: Profedições.
- Baptista, I. (2013). *Educação e Desenvolvimento Humano: Perspetivas de mudança*. Porto Editora.
- Camões, A. (2019). *Trajetórias de Vulnerabilidade: Perceção Subjetiva e Objetiva da Condição do «Novo Pobre»*. Sílabas & Desafios.
- Camões, A., & Baptista, B. (2016). Formação Contínua e Desenvolvimento Profissional – O caso dos Educadores Sociais. In C. A. Gomes, M. Figueiredo, H. Ramalho, & J. Rocha (Coords.), *XIII SPCE: fronteiras, diálogos e transições na educação* (pp. 1255 – 1260). Instituto Politécnico de Viseu.
- Camões, A., & Baptista, I. (2017). Educadores Sociais: Exigências e Desafios de Formação e Ação. In V. A. Garcia, & J. P. Rodrigues (Coords.), *Educação Social: Profissionalização, Formação, Movimentos Sociais e Ambientalismo*. Setembro.
- Camões, A., Machado, R., Vaz, C., & Oliveira e Sá, S. (2021). *Being a Social Educator: Personal and Professional Motivation*. Proceedings of 15th International Technology, Education and Development Conference (p. 4938). doi: 10.21125/inted.2021.0977
- Camões, A., Vaz, C., Machado, R., & Sá, S. (2020). Profissionais da Educação Social: Desafios contemporâneos. *Humanidades & Tecnologia (FINOM)*, 27(1), 6-19.
- Caride, J. A. (2005). *Las fronteras de la Pedagogía Social: perspectivas científica e histórica*. Gedisa.

- Caride, J. A. (2021). Educação Social y Pedagogía Social: Aproximación a su estado de cuestión en España. In A. M. Vieira, R. Vieira, & J. C. Marques (Orgs.), *Temas e Contextos de Pedagogia - Educação Social* (pp.67-86). Edições Afrontamento.
- Carneiro, R. (2001). *Fundamentos da Educação e da Aprendizagem*. Fundação Manuel Leão.
- Carneiro, R. (2003). Do sentido e da aprendizagem: a descoberta do tesouro. *Revista Portuguesa De Investigação Educacional*, (2), 107-123.  
<https://doi.org/10.34632/investigacaoeducacional.2003.3210>
- Carneiro, R. (2004). *A educação primeiro. Roberto Carneiro entrevistado por Joaquim Azevedo*. Fundação Manuel Leão.
- Carvalho, A. D. (2008). Estatuto antropológico e limiares epistemológicos da educação social. *Cadernos De Pedagogia Social*, 2, 31-43.  
<https://doi.org/10.34632/cpedagogiasocial.2008.1923>
- Carvalho, A. D., & Baptista, I. (2008). Ética e formação profissional. Problemática antropológicas e dilemas éticos na intervenção socioeducativa. In S. Banks, & K. Nøhr (Coords.), *Ética pratica para as profissões do Trabalho Social* (pp.19-32). Porto Editora.
- Cofferri, F. & Nogaro, A. (2010). Competências do pedagogo como educador social promovendo o desenvolvimento psicossocial do ser humano. *Perspectiva*, Erechim. v.34, n.128, pp. 7-21.
- Correia, L. M. (1997). *Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares*. Porto: Porto Editora.
- Díaz, A. S. Uma Aproximação à Pedagogia-Educação Social. *Revista Lusófona de Editorial La Muralha*, 2010. Educação, v. 7, n. 7, p. 91-104, 2006.
- Fermoso, P. (1994). *Pedagogia Social, fundamentação científica*. Herder.
- Fernandes, P. (2009). A educação como direito num tempo marcado por múltiplas heterogeneidades. Paper presented at the investigar, avaliar, descentralizar: actas do X congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

- Freire, P. (1999). *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. Paz e Terra.
- Freire, S. (2008). Um olhar sobre a inclusão. *Revista de Educação*, 5-20.
- Gonçalves, J. L. (2009). Aprender na e com a vida – a problematização da experiência como processo de consciencialização. *Cadernos De Pedagogia Social*, (3), 35-44. <https://doi.org/10.34632/cpedagogiasocial.2009.1935>
- Jares, X. (2007). *Pedagogia da Convivência*. Profedições.
- Llorent, V., & Santos, M. (2012). Legislação educacional e inclusão na Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil) e na Universidade de Córdoba (Espanha). *Revista Galego-Portuguesa de Psicología e Educación*, 20(1), 7-24.
- Moreira, L., Bolsanello, M., & Seger, R. (2011). Ingresso e permanência na universidade: Alunos com deficiências em foco. *Educar em Revista*, 41, 125-143.
- Mouraz, A. (2017). *A Evolução do Ensino Superior em Portugal: Desafios e Perspetivas*. Almedina.
- Ortega Esteban, J. (2005). Pedagogía Social y Pedagogía Escolar: La Educación Social en la Escuela. Em *Revista de Educación*, nº 336. pp. 111-127.
- Ortega Esteban, J. *Pedagogía social especializada. Pedagogía de menores en dificultad y en conflicto social*. Barcelona: Ed. Ariel, 1999.
- Ortega, J. (2003). Ciudad educativa, proyecto educativo de ciudad y participación ciudadana. In J. Molina (coord.), *Denuevo la educación social*. Madrid: Dykinson.
- Perrenoud, P. (2002). *A Escola e a Aprendizagem da Democracia*. Asa.Sociais em Portugal (Tese de Doutoramento não publicada) Porto. Faculdade de United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (2021). *Reimagining our futures together: a new social contract for education*. International Commission on the Futures of Education. UNESCO. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379707>
- Ricoeur P. (1996) *Sí mismo como o outro*. Madrid: siglo veintiuno editores. (foram usadas as duas edições).

- Santos, M. & Paulino, M. (2006). *Inclusão em Educação: Culturas Políticas e Práticas*. São Paulo: Cortez.
- Silva, J. C. (2019). *A Educação Inclusiva e as Medidas de Suporte: Práticas e Reflexões*. Editora Moderna.
- Silva, M. (2020). *Educação Superior e Diversidade: Desafios para a Inclusão e a Alteridade*. Editora Universitária.
- Silva, R.; Souza, J. C.; Moura, R.; Monteiro, E.; Pessagno, S. M. (Org.). *Pedagogia social: contribuições para uma teoria geral da educação social*. São Paulo: Expressão & Arte Editora, 2011.
- Sousa, L. A. O. (2011). *A Educação Sexual na Deficiência Mental: Práticas e percepções face à afetividade e sexualidade do indivíduo com deficiência mental*. Dissertação de Mestrado em Educação Social. Escola Superior de Educação de Bragança. Instituto Politécnico de Bragança. Bragança, Portugal.
- Tufféry, S. (2011). *Data Mining and Statistics for Decision Making*. John Wiley & Sons.
- Vaz, C., Baptista, I. (2023). Initial Training in Social Education: A Study About Teaching Profiles. In A. Mesquita, A. Abreu, J.V. Carvalho, C.H.P. de Mello, (Eds.), *Perspectives and Trends in Education and Technology. Smart Innovation, Systems and Technologies*, (pp.767-773). Springer. [https://doi.org/10.1007/978-981-19-6585-2\\_68](https://doi.org/10.1007/978-981-19-6585-2_68)
- Vieira, A. M., & Vieira, R. (2016). *Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans)formações*. Profedições.

## Documentação Consultada

Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*.

[https://www.ohchr.org/sites/default/files/UDHR/Documents/UDHR\\_Translation\\_s/por.pdf](https://www.ohchr.org/sites/default/files/UDHR/Documents/UDHR_Translation_s/por.pdf)

Associação Internacional de Cidades Educadoras (2022). Carta das Cidades Educadoras.

[https://www.edcities.org/wp-content/uploads/2020/11/PT\\_Carta.pdf](https://www.edcities.org/wp-content/uploads/2020/11/PT_Carta.pdf)

Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação (1994). Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área das necessidades educativas especiais. UNESCO.

Decreto Lei 55/2018, de 6 de julho. Ministério da Educação e Ciência. Lisboa.

Decreto-Lei nº 319/9, de 31 de agosto – Regime Educativo Especial. Ministério da Educação. Lisboa

Lei nº 46/86. Lei de Bases do Sistema Educativo Imprensa Nacional. Lisboa.

Ministério Público. (2007). *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*.

[https://dcjri.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/pe\\_ssoas\\_deficiencia\\_convencao\\_sobre\\_direitos\\_pessoas\\_com\\_deficiencia.pdf](https://dcjri.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/pe_ssoas_deficiencia_convencao_sobre_direitos_pessoas_com_deficiencia.pdf)

Ofício-Circular/DGE/2016/3210, S/data – Recomendações no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC). Direção Geral da Educação.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2022). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2021/2022: Tempos incertos, vidas instáveis – Construir o futuro num mundo em transformação*. <https://hdr.undp.org/content/human-development-report-2021-22>

Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. (2020). *Carta Ética da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação* (2ª ed.).

<https://www.spce.org.pt/assets/files/CARTA-TICA2.EDICAOFINAL-2020-COMPACTADO.pdf>

- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. (1990). *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem*. Jomtien. Tailândia.
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. (2015). *Declaração de Incheon educação 2030: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos* (UNESCO). Brasília, <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002331/233137POR.pdf>
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. (2021). *Reimagining our futures together: a new social contract for education*. International Commission on the Futures of Education (UNESCO). <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379707>
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. (1990). *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Jomtien (UNESCO). <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. (1994). *Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais*. Salamanca Espanha. (UNESCO). <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf000013939>
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. (UNESCO). [https://www.un.org/esa/socdev/unyin/documents/conv\\_disabled.pdf](https://www.un.org/esa/socdev/unyin/documents/conv_disabled.pdf)
- Universidade Católica Portuguesa. (2015). *Código de Ética e de Conduta da Universidade Católica Portuguesa*. [https://m.porto.ucp.pt/sites/default/files/files/CRP/UCP\\_CEC\\_out16\\_PT.pdf](https://m.porto.ucp.pt/sites/default/files/files/CRP/UCP_CEC_out16_PT.pdf)
- Universidade Católica Portuguesa. (2022). *Mestrado em Ciências da Educação. Pedagogia Social. 2022/2023*. UCP.

## **Webgrafia**

<https://on.eapn.pt/cronologia/>

<https://www.dges.gov.pt/pt/incluies?plid=1752>

# **ANEXOS**

### **Guião de Entrevista Semiestruturada**

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_ Local: \_\_\_\_\_

Hora: Início \_\_\_\_h \_\_\_\_ Término: \_\_\_\_h \_\_\_\_

#### **Identificação do Entrevistado:**

- a) Género: Masculino \_\_\_\_ Feminino \_\_\_\_ Prefiro não dizer \_\_\_\_
- b) Idade: \_\_\_\_\_
- c) Habilitação académica: \_\_\_\_\_
- d) Área da formação académica: \_\_\_\_\_
- e) Ano de conclusão: \_\_\_\_\_
- f) Cargo profissional: \_\_\_\_\_
- g) Funções desempenhadas: \_\_\_\_\_
- h) Anos serviço: \_\_\_\_\_

#### **Questões orientadoras para entrevistas**

1. Quais são as principais iniciativas ou programas da vossa instituição voltada para a inclusão de pessoas com medidas de suporte à aprendizagem?
2. Como avaliam a eficácia dessas práticas inclusivas na vossa instituição?
3. Quais são os maiores desafios enfrentados pela vossa instituição na promoção da inclusão no Ensino Superior?

4. Como são definidas e implementadas as medidas de suporte à aprendizagem para os estudantes que necessitam?
5. Que parcerias ou colaborações têm a vossa instituição com entidades externas para fortalecer práticas inclusivas?
6. Como é que a Educação Social é integrada nos programas académicos ou atividades extracurriculares da vossa instituição para promover a educação inclusiva?
7. Quais são os principais princípios ou abordagens da Educação Social que são aplicados para apoiar a inclusão no contexto educacional?
8. Que tipo de formação ou capacitação é oferecida aos profissionais da Educação Social na vossa instituição para lidar com questões de inclusão?
9. Como é que a vossa instituição colabora com profissionais da Educação Social fora do ambiente académico para fortalecer práticas inclusivas?
10. Quais são os resultados observados das práticas da Educação Social na promoção da inclusão de estudantes no Ensino Superior?
11. Como percebem a integração da Educação Social no Ensino Superior para promover a educação inclusiva?
12. Quais são os maiores benefícios percebidos da integração da Educação Social no contexto educacional superior?

13. Quais são os principais desafios ou obstáculos enfrentados na integração efetiva da Educação Social no Ensino Superior?
  
14. Que mudanças gostariam de ver na forma como a Educação Social é incorporada nas políticas educacionais para melhor promover a inclusão?
  
15. Como avaliam o papel dos diversos atores (estudantes, docentes, administradores) na promoção da Educação Social para a inclusão no Ensino Superior?

Questão adicional para reflexão final

Há algo mais que gostaria de acrescentar sobre o tema da integração da Educação Social no Ensino Superior para a promoção da Educação Inclusiva?

### **Consentimento Livre e Informado**

Eu, Adriana Gonçalves, aluna do curso de Ciências da Educação com especialização em Pedagogia Social na Universidade Católica do Porto, venho por este meio solicitar a sua participação num estudo de investigação, para a obtenção do grau de Mestre.

A participação no estudo será voluntária e anónima. Comprometo-me a garantir a confidencialidade dos dados obtidos.

Eu, \_\_\_\_\_, declaro que os objetivos, procedimentos, possíveis riscos e os benefícios latentes relacionados com a participação neste estudo, foram devidamente explicados.

Sei que posso recusar-me a participar ou a interromper a qualquer momento a participação no estudo, sem nenhum tipo de penalização por este facto.

Declaro que concordo participar neste estudo.

A Participante

\_\_\_\_\_

A Aluna

\_\_\_\_\_